

O INFINITIVO PESSOAL: UMA ANÁLISE DO  
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

Geraldo Antônio da Luz

Universidade Estadual de Campinas

1993

completar e a redação final da tese  
defendida por Geraldo Antônio da Luz

e aprovada pela Comissão Julgadora em

28.1.01.94

Prof. Dr. Charles H. Chamberlain

Ch. Galves

O INFINITIVO PESSOAL: UMA ANÁLISE DO  
PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO

por

Geraldo Antônio da Luz <sup>822</sup>

Dissertação apresentada à Coordenação do  
Curso de Pós-Graduação em Linguística do  
Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas ( IEL/  
UNICAMP), como parte dos requisitos para  
obtenção do Grau de Mestre em Linguística

Orientador:

Dr<sup>a</sup> Charlotte M. Chambelland Galves <sup>Manoela</sup>

Universidade Estadual de Campinas  
Campinas, 22 de dezembro de 1993

## ABSTRACT

A comparative study of the use of the personal infinitive in contemporary Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP). The intention is to show a parametric difference in usage. It is proved that infinitive structures in BP are self-sufficient for regency (the syntactical relation between words) and attribution of "Case" to the subject. Such a property comes from the sentence form whose Complementizer (Comp) possesses the regent and Case attributor, a "Time", sometimes produced by a preposition.

Subject and verb infinitives are produced in the highest position in the sentence structure, in an Agreement Phrase (AGRP) projection immediately dominated by the Complementizer (Comp). The AGRP (Complementizer Phrase) can be allowed by "Time" and this occurs in infinitives through the Comp. In Brazilian Portuguese (BP) the preposition has functional category characteristics and in this case it can constitute the very Comp. Given the state of regency and Case attribution from the infinitive subject position in this dialect, the empty category that occupies it is not the pronominal anaphor PRO, but possibly the pronoun "pro".

## RESUMO

Estudo comparativo do emprego do infinitivo pessoal no português do Brasil (PB) e no português europeu (PE) contemporâneos. Procura-se mostrar uma diferença paramétrica nesse emprego. Constata-se que as estruturas de infinitivo no PB se comportam como auto-suficientes para a regência e atribuição de Caso ao sujeito. Tal propriedade vem da forma da oração cujo Comp possui o regente e atribuidor de Caso, um "Tempo", às vezes realizado por uma preposição.

Sujeito e verbo infinitivos são realizados em posição mais alta na estrutura da oração, numa projeção AGRP, imediatamente dominada por Comp. AGR deve ser licenciado por "Tempo" e isso acontece nas infinitivas através de Comp. A preposição tem características de categoria funcional no PB; nesse caso pode constituir o próprio Comp. Dado ao ambiente de regência e de atribuição de Caso para a posição sujeito de infinitivo nesse dialeto, a categoria vazia que a ocupa não é a anáfora pronominal PRO, mas, possivelmente o pronome "pro".

## AGRADECIMENTOS

À Prof.ª Drª Charlotte M. Chambelland Galves (UNICAMP) a orientação segura, os esclarecimentos lúcidos, o apoio amigo, o tempo a mim dedicado.

Ao Prof. Dr Marco Antônio Rodrigues Vieira (UFV), mestre de ontem, a iniciação em Linguística e a formação preliminar na pesquisa científica.

À Prof.ª Drª Mary A. Kato (UNICAMP), os comentários substanciosos às questões envolvidas no fenômeno infinitivo português e à delimitação das variáveis a serem tratadas na metodologia.

Ao Prof. Dr Eduardo B. P. Raposo (UC/USA), os vários comentários às questões teóricas do fenômeno infinitivo pessoal do português, que ajudaram a orientar os enfoques aqui colocados.

Ao Prof. Emílio Pagotto (UNICAMP), a instrução no uso do VARBRUL, as informações valiosas e os comentários cheios de atenção ao emprego do programa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Bolsa de Mestrado concedida que me permitiu concluir o curso e desenvolver esse trabalho.

## SUMÁRIO

Abstract

Resumo

Agradecimentos

Sumário

Introdução ----- 01

Capítulo 1- Introdução Geral ao Fenômeno do Infinitivo:

1.1- Introdução ----- 05

1.2- Sobre o infinitivo ----- 06

1.3- O Infinitivo Português Segundo a Gramática Tradicional ----- 08

1.4- O Sistema Flexional ----- 10

1.5- O Infinitivo no Português ----- 14

Capítulo 2: Análises do Infinitivo no Português

Contemporâneo:

2.1- Introdução ----- 17

2.2- O Infinitivo Português na Teoria da Gramática:

2.2.1- A Preposição e a "Auto-suficiência" das

Orações de Infinitivo no PB ----- 21

2.2.2- A Presença de um Operador Temporal em Comp -----	31
2.2.3- O Licenciamento do Sujeito por AGR Marcado com Caso -----	38
2.2.4- Português do Brasil X Português Europeu -	42
2.2.5- A Estrutura da Oração no PB -----	49

Capítulo 3- Análise do Corpus:

3.1- Introdução -----	56
3.2- O Corpus -----	57
3.3- Variáveis -----	60
3.4- Coleta de Dados -----	61
3.5- Análise dos Dados -----	62
3.6- Uma Análise Quantitativa:	
3.6.1- Introdução -----	63
3.6.2- Realização do Sujeito de Infinitivo ----	64
3.6.3- Tipo de Expressão Nominal Sujeito de Infinitivo -----	66
3.6.4- Posição do Sujeito Realizado na Oração de Infinitivo -----	68
3.6.5- Tipo de Morfema do Verbo de Infinitivo ---	69
3.6.6- Referencialidade da Categoria Vazia Sujeito da Oração de Infinitivo -----	72
3.6.7- Co-referencialidade do Sujeito Vazio de Infinitivo -----	73
3.6.8- Presença de Preposição no Início da Oração de Infinitivo -----	75

3.6.9- Função Sintática da Oração de Infinitivo ---	77
3.6.10- Subcategorizadores da Oração de Infinitivo -	80

Capítulo 4- Análise Paramétrica do Infinitivo  
no Português do Brasil e no Português  
Europeu

4.1- Introdução -----	84
4.2- A "Força" de AGR no PB	
4.2.1- Introdução -----	85
4.2.2- O Sistema Flexional -----	86
4.2.3- O Parâmetro Pro-drop -----	92
4.3- As Estruturas da Oração de Infinitivo no Português do Brasil e a Auto-suficiência	
4.3.1- Introdução -----	94
4.3.2- As Estruturas de Infinitivo no PB -----	97
4.3.3- A Preposição nas Estruras de Infinitivo do Português do Brasil -----	99
4.4- O Sujeito Nulo de Infinitivo no PB	
4.4.1- Introdução -----	105
4.4.2- A Categoria Vazia Sujeito de Infinitivo no Português do Brasil -----	108
4.4.3- O Ambiente de Controle -----	113
4.3.6- O Sujeito de Infinitivo no PB -----	120
Conclusão: -----	127
Referência Bibliográfica: -----	130

## Introdução

Este trabalho apresenta estudo comparativo do emprego do infinitivo pessoal no português do Brasil e no português europeu contemporâneos. O objetivo é demonstrar a existência de uma variação paramétrica relacionada a esse emprego e devida ao caráter "Forte"/"Fraco" da Concordância (AGR) nos dois dialetos. O objeto da análise são as estruturas das sentenças de infinitivo, com enfoque especial nas relações de co-referencialidade mantidas pelo sujeito das encaixadas, as estruturas das orações em que esses ocorrem e o status sintático dessas orações. Atenta-se para as propriedades de regência, ligação e atribuição de Caso.

Parte-se da proposta de MOREIRA da SILVA (1983) de que as sentenças de infinitivo do português do Brasil são "auto-suficientes" no que diz respeito à Regência e atribuição de Caso ao seu sujeito. O português do Brasil recorre a estratégias outras, que não o emprego da anáfora pronominal PRO, no uso da categoria vazia. Nesse dialeto não se dá o suposto movimento do verbo para Comp para ali AGR ser regido, receber Caso e atribuir nominativo ao sujeito (RAPOSO, 1987).

A Topicalização permite uma reanálise de casos de co-referencialidade do sujeito no PB. Verifica-se a possibilidade de co-indexação do sujeito com um elemento fora do âmbito da oração matriz (GALVES, 1993). Admite-se, ainda, que existe um "Tempo" na categoria Comp (RAPOSO, 1987) (VITRAL, 1987) e esse Tempo é que é o licenciador de AGR nas orações de infinitivo.

Parte-se, por outro lado, da proposta de CHOMSKY (1982) de que a posição sintática de sujeito é obrigatória em toda e qualquer estrutura de frase (Princípio de Projeção Expandido). Adota-se a sugestão de POLLOCK (1989) de que a Flexão (Infl) se desdobra no nóculo Tempo (T) e no nóculo Concordância (AGR). Adota-se, ainda, a configuração estrutural de GALVES (1993) para as orações do PB. Nessa configuração a concordância [-Forte] está em posição adjunta a T, como um morfema "associado", e a projeção de AGR ocorre acima de TP, dominada imediatamente por CP; o especificador de AGR é a posição de tópico no PB. Adota-se ainda a proposta da presença de um operador temporal em COMP (PESETSKY, 1982; RAPOSO, 1987; VITRAL, 1987). Com tais considerações acredita-se poder explicitar a causa de certos fenômenos do infinitivo português que o tornam "um caso à parte da concordância verbal" (LADEIRA, 1986). Enfoca-se as relações internas da estrutura da oração no que se refere à presença de AGR na estrutura, ao "papel" de AGR no licenciamento do sujeito, à marcação de Caso e ao tipo de categoria vazia sujeito no PB, tendo em vista o mecanismo de Controle nas estruturas com infinitivo.

Para isso, articula-se aqui as análises de RAPOSO (1987), de que AGR deve ser licenciado por algum elemento para atribuir nominativo ao sujeito, e de VITRAL (1987), de que existe uma relação temporal entre as orações de infinitivo e a oração principal, relação expressa pela presença de um "operador de tempo" em Comp, para dizer que AGR é licenciado por "Tempo" e dessa forma licencia o sujeito no PB. Para as orações de infinitivo isso se dá dentro de uma estrutura em que AGR é imediatamente dominado por Comp.

Para o que se coloca, alia-se ao estudo "formalista", pela Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981,1986), uma abordagem quantitativa, o tratamento estatístico aqui processado pelo VARBRUL (CEDERGREN & SANKOFF, 1974). Usa-se como corpus a fala culta, no PB da cidade de São Paulo, no PE do território português continental.

A hipótese geral de trabalho é que o Português do Brasil difere gramaticalmente do Português europeu (GALVES, 1987; ROBERTS & KATO, 1993). Essa diferença gramatical significa que os dois dialetos optam por marcar de forma diferente os valores [+1] para alguns de seus parâmetros. Aqui, enfoca-se o Parâmetro "Força" de AGR. Admite-se que o PB tem um AGR "Fraco", opostamente ao PE que tem um AGR "Forte" (GALVES, 1991).

Para o que se pretende, admite-se que o Português dos Séculos XVI, XVII e XVIII passou por um processo de variação sintática (ROBERTS & KATO, 1993) e encontra-se presentemente diferenciado em sistemas distintos, dos quais um deles é o PB. A

partir do sistema verbal essa diferenciação acontece porque AGR (a Concordância) adquire no dialeto o caráter [-Forte] (GALVES, 1991). Para o emprego do infinitivo pessoal essa diferença é mais esperada uma vez que o licenciamento do sujeito se faz por AGR nas sentenças finitas, e nas infinitivas o "comportamento" desse AGR pode se tornar mais "transparente" dado à ausência de Tempo em Infl. Espera-se que uma diferença nesse sentido possa ser detectada quantitativa e qualitativamente na análise estatística e na abordagem pela Teoria de Princípios e Parâmetros, respectivamente.

## CAPÍTULO 1

### Introdução Geral ao Fenômeno do Infinitivo:

#### 1.1- Introdução:

Este capítulo apresenta o infinitivo português enquanto fenômeno Gramatical. Compõe-se de quatro partes:

- 1.2- Sobre o infinitivo.
- 1.3- O Infinitivo Português Segundo a Gramática Tradicional.
- 1.4- O Sistema Flexional.
- 1.5- O Infinitivo no Português.

Em 1.2 apresenta-se o infinitivo. Caracterizam-se as formas pessoal e flexionada como fenômenos distintos. Registra-se

breve quadro de línguas que contêm infinitivo pessoal e flexionado.

Em 1.3 apresenta-se o infinitivo português segundo a Gramática Tradicional. Enfoca-se a flexão e a pessoalidade.

Em 1.4 discute-se o papel do sistema de flexão, o problema que esse sistema apresenta nos casos das 1ª e 3ª pessoas do singular para a caracterização dessas pessoas já que são formas sem morfemas fonéticos.

Em 1.5 apresenta-se resultados de um estudo quantitativo para determinação de fatores favorecedores e inibidores da realização da forma infinitiva.

## 1.2- Sobre o Infinitivo:

O infinitivo português se destaca como objeto de interesse lingüístico por duas particularidades: 1- pode ser "pessoal", 2- pode receber "flexão". Pessoalidade é a característica de a forma verbal poder "expressar" a existência de um sujeito próprio; flexão é a propriedade de a mesma forma poder ter morfema de número e pessoa.

O interesse pelo fenômeno advém de que certamente se relaciona com características mais particulares da gramática da língua e, numa perspectiva sintática, com características mais gerais da própria Gramática Universal (UG) (CHOMSKY, 1986a). De outra forma, uma comparação no sentido de se traçar o "perfil" da

gramática do Português pode ser feita dentro da teoria dos "sistemas gramaticais", a Teoria de Princípios e Parâmetros (TPP) (CHOMSKY, 1981, 1982, 1986a, 1986b).

A forma infinitiva flexionada é uma particularidade da língua portuguesa. MAURER JR (1968: 01) observa "...é uma notável peculiaridade do português (ou, melhor, do galego-português) entre as línguas da família românica e um dos seus mais característicos idiotismos". O infinitivo flexionado não é entretanto exclusividade do português. Segundo TOGEBY (1955) é encontrado também em línguas vizinhas como o galego e o mirandês, e de acordo com JONES (Apud. GALVES, 1992) também no sardo. Fora das línguas românicas é encontrado no húngaro sob as duas formas: um infinitivo invariável em "-ni"; e um variável: (len-n-em (ser ou tornar-me, eu), len-n-ed, len-ni-e, len-n-ünk, len-n-etek, len-ni-ők) (MAURER JR., 1968: 02).

Diacronicamente, o infinitivo pessoal flexionado é encontrado no leonês antigo e, de acordo com E. GAMILLSCHED (Apud. MAURER JR. 1968), no napolitano do século XV. Ao nível das línguas indo-européias, está presente em dialetos da Índia, da Grécia e da Itália (TOGEBY, 1955).

Quanto à pessoalidade MAURER JR. (1968) coloca: "Algumas línguas românicas tem um infinitivo pessoal não flexionado...". Objetivamente, essa colocação corresponde a um reconhecimento: constata-se e distingue-se sintática, morfológica e semanticamente dois fenômenos distintos: "infinitivo pessoal" e "infinitivo flexionado". No português, ao que parece, ainda que

se admita, nem sempre se põe com o devido destaque essa diferença. O infinitivo, por exemplo, é normalmente tomado segundo sua flexão e, a partir dessa, segundo sua pessoalidade, ou seja, a pessoalidade é considerada quase sempre como sendo expressa pelo emprego dos morfemas especiais da flexão (BARBOZA, 1830: 207-208) (ALI, 1964: 342).

Para a pessoalidade e flexão há de se considerar ainda que o uso da forma assumida pelos diferentes infinitivos pessoais flexionados de outras línguas em geral não coincide com a do português. É o que afirma BELFADEL (Apud. MAURER JR. 1968: 02) para o húngaro, e o que parece acontecer também para o sardo (GALVES, 1992). Trata-se de uma questão importante para um estudo comparativo sincrônico, ou diacrônico, dessas línguas.

### **1.3- O Infinitivo Português Segundo a Gramática Tradicional:**

De acordo com a Gramática Tradicional (GT) o infinitivo português é a forma verbal caracterizada pelas terminações "ar", "er" ou "ir", excepcionalmente "or" (verbo "Por" e seus "compostos"; ex.: "compor", "dispor", "recompor" e outros). Isoladamente, é uma forma sem determinação de Modo, Tempo, Número e Pessoa. Na GT é chamado "forma nominal do verbo" (CUNHA, 1990), denominação que vem, conforme é colocado, de sua propriedade sintático/semântica de poder posicionar-se estruturalmente como um Nome (substantivo). Nesse primeiro caso,

como diz, é precedível de artigo ( Ex.: "o andar", "o fazer" "o partir") e é o referente de uma ação, de um estado etc. Semanticamente, e na mesma GT, é a forma com que se "nomeia o verbo", com que se "apresenta o processo que o verbo referencia". Nessa última caracterização é que a forma, parece, é desprovida de marcas de Tempo, Modo, Número e Pessoa.

Na GT, o infinitivo do português pode ser, portanto, impessoal ou pessoal. A forma impessoal é aquela que ocorre na estrutura sintática sem uma "pessoa", explícita ou implícita, exercendo a função de sujeito. Essa ocorrência é conhecida como caso de sujeito "indeterminado" e a construção em que ocorre como "forma de indeterminação do sujeito". O infinitivo pessoal, por outro lado, é uma forma com sujeito próprio, sujeito explícito ou implícito.

Flexão, de maneira geral, é um acidente na estrutura morfológica de um elemento léxico para marcá-lo em termos das categorias gramaticais de Gênero, Número, Pessoa, Modo, Tempo e Voz. A flexão verbal, ainda que exprimindo um "aspecto" (como no russo (PÚLKINA, 1982), marca principalmente, no português, as categorias de Modo, Tempo, Número e Pessoa. Materializa-se por desinências ou sufixos que se agrupam em duas combinações: desinência modo-temporal (Ex.: "chega-SS-emos"; "esta-VA-mos), desinência número-pessoal (Ex.: "comprava-MOS"; "serEM"). São elementos mórfico-semânticos, acoplados à parte final do lexico verbal, que caracterizam, dessa forma, uma flexão "externa" e "variável" para os verbos do Português.

Singularmente, ao contrário do que acontece na maioria das línguas (mas não no restante), no infinitivo do português a forma pessoal (em GT) pode receber flexão pela adição de sufixos de "Número e Pessoa". Nota-se, entretanto, que esta característica morfológica se restringe unicamente à adição de morfemas de Número e Pessoa. Tempo e Modo deixam de serem marcados. Curiosamente, essa ausência parece ter reflexo nos "condicionadores" das orações onde a forma infinitiva pode ocorrer. Observa-se, por exemplo, que as orações de infinitivo são geralmente uma completiva ou subordinada, fato que pode apontar para a necessidade de uma "âncora" temporal (RAPOSO, 1991).

#### 1.4- O Sistema Flexional:

Segundo a GT o infinitivo pessoal flexionado é assinalado morfológicamente pela adição das desinências número-pessoais que fazem parte do sistema (1), conjunto de morfemas compatíveis com a flexão do infinitivo e dispostos em um padrão distribucional com vistas à operação de flexão. Nesse sistema estão representadas as desinências das chamadas três "pessoas gramaticais" (GT), no singular e no plural, respectivamente, para todo e qualquer verbo.

(1) ( Ø, -es, Ø, -mos, -es, -em )

O estabelecimento das unidades morfológicas do sistema (1) tem por base o caráter contrastivo para a realização das categorias número e pessoa. O primeiro contraste é quanto à oposição realizado/não realizado. Nela se distinguem marcação e não-marcação, respectivamente, das categorias número e pessoa, para as diferentes pessoas gramaticais. Observa-se que apenas a 1ª pessoa do singular e a 3ª, também do singular, não têm marcas para essas categorias. Um segundo contraste é quanto à pessoa gramatical. Pode-se distinguir dois grupos: o de pessoas marcadas (2ª do singular e as três do plural) e o de pessoas não marcadas (1ª do singular e 3ª do singular).

Um problema com o sistema (1) é, em determinados contextos sintáticos, a caracterização do elemento sujeito para a 1ª e 3ª pessoa do singular, torna-se hesitante, ambigua, em função da não marcação dessa forma para Pessoa e Número. A sentença (2), por exemplo, se pronunciada fora de um contexto, o sujeito do verbo "ter" pode preferencialmente ser interpretado como "eu":

(2) Eu penso ter chegado às oito horas.

EU penso [eu] ter chegado as oito horas.

No entanto, no contexto de um diálogo, em que se fala, por exemplo, de uma pessoa conhecida, de uma sua suposta viagem, é possível interpretar-se o sujeito de "ter" como sendo "ele" ou "ela", a pessoa de quem se fala: "Eu penso [ele, o Alfredo...]

ter chegado às oito horas".

O sistema (1), de outra forma, só em parte reflete a realidade da fala e da língua. Alguns autores suprimem desse sistema a 2ª pessoa do singular (PERINI, 1977:69). No português falado atual no Brasil, essa forma verbal inexistente (GALVES, 1987), fato que parece observado também para a 2ª pessoa do plural (Ex.: "Lamento...você terem de partir", e não "Lamento vós terdes de partir", construção fora de uso). As formas originais passam então a ter existência apenas teórica.

Ainda com relação ao sistema (1), ao assinalar o morfema  $\emptyset$  para número e pessoa para a 1ª e 3ª pessoa do singular, essa colocação permite considerar-se que as formas verbais dessas "pessoas gramaticais" são formas flexionadas, ainda que não marcadas morfologicamente. Em existindo sujeito realizado, ou não realizado, mas inferido do contexto (lingüístico ou situacional), a forma verbal sem o morfema de flexão materializado pode ser tomada como flexionada, no caso com morfema de flexão " $\emptyset$ ". Considerando-se que na sistematização esse morfema flexional está incluído em oposição a morfemas materializáveis (-es; -mos; -em), a forma verbal com esse morfema pode ser tomada como flexionada quando o sujeito, realizado ou inferível, é identificado como de 1ª ou 3ª pessoa do singular ex.: "É difícil [ ]i acordar cedo", onde [ ]i pode ser "eu" ou "ele". Trata-se de uma estipulação viável, em função da existência de uma efetiva concordância do sujeito com o verbo com morfema de flexão previsto ( $\emptyset$ ).

A ambigüidade possível quanto à caracterização de pessoa, nos casos de 1ª e 3ª pessoa do singular entre si, é resolvido em um segundo momento pelo deslocamento do eixo de análise do domínio morfológico para o sintático. Nas construções com a forma verbal sem materialização do morfema de flexão o sujeito pode ser determinado mediante sua realização lexical (Ex.: "É interessante a criança (eu, ele, a gente etc) ler a notícia."), ou inferido do contexto linguístico por relações de co-referencialidade (EX.: "...Você acredita ser possível [ ] chegar agora?... [(ela)i, por exemplo "a Marcia", uma pessoa conhecida dos que se falãã), de tópico ("[João]i, eu não imaginava que [ ] estaria aqui."), ou ainda, inferido do contexto situacional ("Aquilo deu nisso." ). Dessa forma, o processamento que se faz da estrutura oracional, onde o infinitivo está presente e se afere a sua pessoalidade, é operada não mais unicamente pelo "sistema flexional", padrão formal de flexionamento, mas também pelo "mecanismo flexional", conjunto de dispositivos sintáticos e semânticos ativados na realização ou não da forma pessoal para determinar o sujeito da oração. Conforme se coloca fica caracterizado que a definição da "pessoalidade" do infinitivo do Português não se baseia então exclusivamente na evidência morfológica da materialização do morfema de flexão.

### 1.3- O Infinitivo no Português:

Com relação ao infinitivo português, um estudo visando a identificar fatores favorecedores e inibidores da forma flexionada, e que procura dar conta da diversidade e da hesitação quando de seu uso, é desenvolvido por LADEIRA (1986). Trata-se de trabalho que analisa exemplos a partir de três corpus da língua escrita. Os exemplos foram submetidos a tratamento estatístico e de probabilidade e deles se destacam os seguintes resultados:

- 1- Fatores favorecedores da flexão do infinitivo na ordem decrescente de seu "poder de ação":
  - a- Oração de infinitivo subordinada causal.
  - b- Pronomes reflexivos e recíprocos proclíticos.
  - c- O verbo infinitivo é auxiliar ou de ligação.
  - d- Presença de um pronome apassivador na oração.
  - e- Oração de infinitivo subordinada temporal.
  - f- Forma do predicativo ou particípio plural.
  - g- Termo substantivo, principalmente anteposto.
  - h- Não identidade de sujeitos.
  - i- Aspecto verbal "realizado" do verbo de infinitivo
  - j- Oração de infinitivo anteposta e mais distante.
  - h- Primeira pessoa do plural.

## 2- Fatores inibidores da flexão do infinitivo

na ordem crescente de seu " poder de ação ":

- a- Oração de infinitivo posposta e menos distante.
- b- Aspecto verbal "não realizado" do verbo de infinitivo.
- c- Identidade dos sujeitos da oração principal e da oração de infinitivo.
- d- Sujeito de infinitivo representado por pronome oblíquo.
- e- Oração de infinitivo completiva nominal completando um nome adjetivo.
- f- Presença de um pronome oblíquo enclítico.
- g- Infinitivo presente em " locuções verbais ".
- h- Construções com o verbo " parecer ".
- i- Infinitivo com sentido passivo.

Segundo LADEIRA, esses fatores sempre atuam em conjunto. Nesse caso, o " mais forte " prevalece, e é normalmente o inibidor. Conclue que "...o infinitivo, no entanto, não se enquadra no caso comum de concordância verbal...". Coloca que uma "...baixa taxa de casos de flexão endossa o fato de que o infinitivo é um caso à parte da concordância verbal".

O trabalho de LADEIRA é responsável, ainda, pela introdução de um método novo na abordagem da forma infinitiva. Faz uso do cálculo estatístico (CEDERGREN & SANKOFF, 1974) e de probabilidades (SANKOFF, 1975), empregando o processador VARBRUL

(Teoria da Variação e da Mudança) (WEINREICH, LABOV e HERZOG (1968). Centra-se nas probabilidades associadas à ocorrência dos fatores condicionadores, e no fato de sua atuação se dar em conjunto ou em separado. O trabalho é concebido na perspectiva de um estudo de "variação", na linha funcionalista (LABOV, 1972), no entanto, se distancia da orientação sociolinguística por não empregar, efetivamente, variáveis sociais.

Em segundo plano LADEIRA procede a uma comparação de textos escritos da "língua culta", de estilos e épocas diferentes, Séculos XIII, XIX e XX. Verifica o emprego do infinitivo, tendo como corpus editoriais do Jornal do Brasil (de 1978 a 1984) e traduções da Bíblia, da Bíblia de Jerusalém (1981) e da Bíblia Sagrada (datada de 1781, 1789 e 1807). Da comparação dos textos do Século XVIII, XIX, e XX, reconhece que "...prevalece uma variação, que não é mudança lingüística...", mas que em seu levantamento, segundo diz, "...não conseguimos controlar...". Trata-se da constatação de que uma variação se parece em curso durante este período. Neste sentido acredita-se o fenômeno é passível de entendimento pela Teoria de Princípios e Parâmetros.

## CAPÍTULO 2

### Uma Análise do Infinitivo no Português Contemporâneo:

#### 2.1- Introdução:

A hipótese geral é que o português do Brasil e o português europeu diferem entre si quanto ao emprego do infinitivo pessoal. A diferença mostra a existência de duas gramáticas distintas, caracterizadas a nível paramétrico. Tal diferença pode ser posta em evidência por tratamento estatístico e através da Teoria de Princípios e Parâmetros.

O estudo se desenvolve na perspectiva de que, em dado momento, é possível se tomar dois ou mais estágios da língua e compará-los entre si, no intuito de se verificar mudanças no sistema. Nesse particular, o português bem se presta a permitir

aferições dessa natureza. Dado o tempo por que vem sendo falado nos vários continentes pode-se tomá-lo nos últimos cinco séculos de existência e nesse período rastrear certos parâmetros de sua gramática. Em inícios do século XVI falava-se em Portugal um português que hoje parece desdobrável, por exemplo, em português do Brasil e português de Portugal (TARALLO, 1983; GALVES, 1987; ROBERTS & KATO, 1993). Se assim é, houve efetivamente uma "transformação" no sistema primitivo que diferenciou a forma original nessas duas subestruturas. Essa diferenciação, vista em "superfície", teve lugar através de "variações" e/ou "mudanças" que se processaram em função da distribuição geográfica de seus falantes, da dinâmica particular a que estiveram submetidos (Teoria da Variação e da Mudança) ou, vista em "profundidade", principalmente em função das "experiências" com o "sistema", através da eleição dos valores dos parâmetros na língua, na fase de aquisição da linguagem (Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1986)).

Uma forma de pôr em evidência as alterações é mostrar a "estrutura do sistema" nas diferentes épocas em que foi falado e nos diferentes territórios em que existiu. Neste sentido o infinitivo pessoal do PB e do PE oferece uma oportunidade de se aferir parte da natureza e da dinâmica da Língua Portuguesa, e de se explicar, em parte, a sintaxe que a rege, a cada uma de suas modalidades dialetais. Um estudo nesse sentido não necessita obrigatoriamente se estender no eixo temporal. Um resultado de igual valor descritivo pode ser buscado em sincronia, em estudo

comparado das atuais gramáticas dos dois dialetos.

No último sentido acima é que aqui, em uma abordagem sincrônica, procura-se determinar as frequências relativas das ocorrências da forma infinitiva. Comparam-se as ocorrências nas duas modalidades da língua para se ver as tendências que prevalecem em uma ou outra do português contemporâneo. Os casos de não "identidade" de emprego da forma podem denunciar "padrões sintáticos" diferentes. As características desses padrões a Teoria de Princípios e Parâmetros deve explicar.

O capítulo está dividido em quatro partes:

- 2.2- O Infinitivo Português na Teoria da Gramática.
- 2.3- Metodologia.
- 2.4- Uma Análise Quantitativa.
- 2.5- Uma Análise Paramétrica.

Em 3.2 são discutidas abordagens teóricas recentes do infinitivo português. Enfoca-se a questão da "auto-suficiência" das orações de infinitivo no PB (MOREIRA da SILVA, 1983), a regência e a atribuição de Caso ao sujeito lexical, as propriedades referenciais do sujeito vazio de infinitivo, a presença do Tempo em estruturas de infinitivo e as diferentes "sensibilidades" dos selecionadores para com as sentenças de infinitivo no PB e no PE.

Em 3.3 são apresentados os corpora, as variáveis estatísticas e o conjunto de procedimentos operacionais que se

aplicou a esses elementos no sentido de se obter um quadro do emprego do infinitivo pessoal no PB e no PE.

Em 3.4 são apresentados os resultados quantitativos. É feita uma apresentação descritiva dos mesmos. Salientam-se os aspectos proeminentes da oposição PB X PE.

Em 3.5 são interpretados os resultados quantitativos dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros. Dá-se ênfase ao sistema flexional, ao parâmetro Pro-drop, ao parâmetro inversão livre do sujeito, à estrutura de tópico, e à referencialidade da categoria vazia sujeito de infinitivo, à "auto-suficiência" das orações de infinitivo no PB e aos subcategorizadores da oração de infinitivo. Discute-se a "Força" de AGR no PB, a interpretação referencial do sujeito nulo no PB e a legitimação do nominativo nas orações de infinitivo.

## **2.2- O Infinitivo Português na Teoria da Gramática:**

Estudos teóricos do infinitivo, ou estudos do infinitivo português dentro de uma teoria das línguas, são desenvolvidos há algum tempo na Teoria de Princípios e Parâmetros. O principal fator em enfoque é a Concordância (AGR), sua realização lexical sob forma de morfema, sua propriedade de licenciar o sujeito, de lhe atribuir Caso nominativo.

Ao lado da Concordância dois outros fatores parecem ter papel significativo nas estruturas de infinitivo do PB: o Tempo e a preposição. O Tempo não existe na forma infinitiva como

traço morfológico, mas subsiste na estrutura da oração na forma de um operador temporal associado a Comp. A preposição é uma categoria lexical atribuidora de Caso com "relativa penetração" nas estruturas de infinitivo do PB. Seu comportamento no caso se assemelha ao de uma categoria funcional atuando a partir de Comp.

### **2.2.1- A Preposição e a "Auto-suficiência" das Orações de Infinitivo no PB:**

Em geral, a posição de sujeito de infinitivo é considerada não regida. Infl nessa oração é [-AGR]. Em tal estrutura não há como o sujeito ser regido ou receber Caso do verbo da oração principal. O Comp da infinitiva bloqueia essa atribuição. Como resultado, a posição sujeito de infinitivo é considerada preenchida por uma categoria que, por sua identidade, não requer Caso nem tem regência; trata-se da anáfora pronominal "PRO".

Paralelamente a esses casos, existe no português a possibilidade da posição sujeito das completivas de infinitivo estar ocupada por um elemento lexical (que requer Caso) ou por um vestígio (que requer regência restrita). Postula-se, então, uma "marcação excepcional de Caso" que pode ter origem ou em uma preposição (tipo "for" do inglês) ou pode ser exercida pelo verbo mais alto da oração matriz. Nesse caso, admite-se que a CP de infinitivo é permeável à regência e à atribuição de Caso.

MOREIRA da SILVA propõe que no PB as preposições podem reger o sujeito de infinitivo e é um dos elementos disponíveis para atribuição de Caso a ele. Tal estaria acontecendo, por exemplo, em (1):

- (1) a- Estávamos falando sobre ele ter ido à China.  
 b- Maria reclamou do João ter sido muito rigoroso.  
 c- Maria pensa nos meninos terem corrido.  
 d- O João voltou sem ela o receber.

(MOREIRA da SILVA, 1983: 295-6)

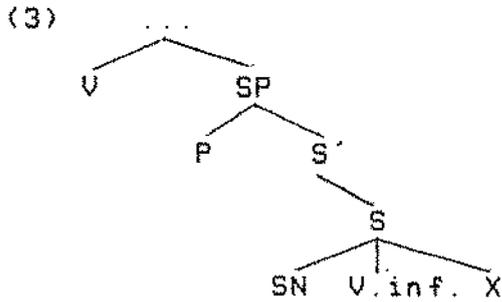
A respeito da questão da preposição em Comp e da sua relação com a posição de sujeito, MOREIRA da SILVA menciona algumas discussões de alguns autores sobre seu comportamento no inglês, no francês e no italiano.

Para ROUVERET (1980), em casos como (1) a posição de sujeito de infinitivo flexionado precedida de preposição é regida não pela preposição, mas pelo Comp nulo. A preposição não atribue Caso oblíquo ao sujeito. Nesses casos pode apenas reger a CP, que funciona como uma fronteira para a marcação de Caso.

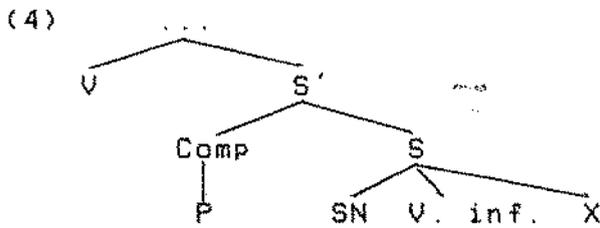
Em situação semelhante para o Italiano, RIZZI (1982) observa que as preposições que precedem as orações de infinitivo têm comportamentos distintos naquela língua (2):

- (2) a- Mario si vanta di (aver vinto/questo).
- b- Mario dubita di (poter vincere/ questo).
- c- Tenteró di lavorare di piú.
- d- Mario supone di aver fatto il suo dovere.

Em (2a) e (2b) o verbo da oração principal seleciona a preposição como um seu complemento. RIZZI admite nesse caso a estrutura (3) para as orações:



Já para (2c) e (2d) (casos de verbos epistêmicos e declarativos, seguidos da preposição "di"), a função de subordinante, admite, é exercida pela preposição, a qual introduz a oração conforme (4).



Os verbos epistêmicos podem estar em duas construções diferentes conforme o tipo de oração. Veja-se: em uma sentença

interrogativa (5) o sujeito da completiva não pode ser "questionado" ou relativizado, resultado que mostra que "di" está em Comp.

- (5) a- \* Chi ritieni di [cv] essere disposto ad aiutarci?  
 b- Chi ritieni [ ] essere disposto ad aiutarci?

Em (6a) o Comp é preenchido por "di", de acordo com a estrutura (4). O vestígio do Movimento-Qu cíclico que está em Comp não pode reger a categoria vazia (cv) na posição de sujeito, isso porque falta c-comando, ou seja, há ramificação em Comp. Tal já não se dá em (5b), estrutura em que Comp é vazio [e]. Este Comp pode servir de lugar de recepção do vestígio Qu, que pode dali reger estritamente o sujeito, legitimando a estrutura (5b).

Em (6) o mesmo fenômeno de (7) acontece, agora com o Comp vazio devendo alojar o auxiliar anteposto (7b):

- (6) a- \*Cerco di esser lui simpatico con tutti.  
 b- Credo esser lui simpatico con tutti.

Sobre a mesma questão das preposições, KAYNE (1980) coloca que a preposição "de" do francês e "di" do italiano, têm ambas, nas respectivas linguas, um estatuto de subordinante diferente do "for" do inglês. Para KAYNE a subordinante preposicional no francês (que pode ser também "à" ou um elemento preposicional vazio "Ø") como acontece no italiano, não tem a

propriedade de reger a posição de sujeito adjacente. Constatamos que as mesmas não podem ser verificadas a não ser em estruturas de Controle (sem sujeito lexical) (7).

(7) a- Je lui ai dit de (\*Pierre) partir.

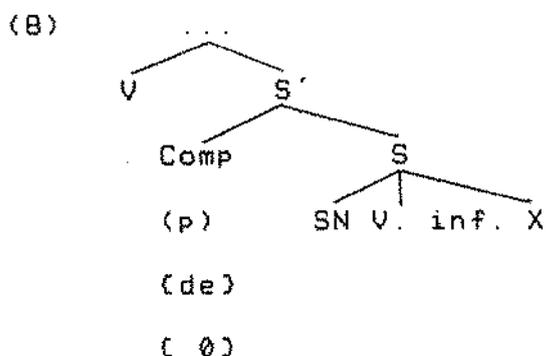
b- Gli ho detto di (\*Gianni) partire.

c- I told him for \*(John) to go.

Em (7) se destaca a oposição entre o francês e o italiano de um lado e o inglês do outro. Em (7a) e (7b) "de" e "di" exigem obrigatoriamente controle, pelo que o sujeito não pode ser realizado. Já em (7c), como o "for" rege a posição de sujeito, o Controle é impossível (MOREIRA da SILVA, 1983).

Para KAYNE, a possibilidade de "de" com controle significa que esse elemento não rege a posição de sujeito adjacente. Para ele essa posição é regida por Comp.

Considerando os resultados de KAYNE, MOREIRA da SILVA sugere a estrutura (B) para o francês e o italiano:



Ao que parece nessa configuração a preposição não rege a posição de sujeito porque é projetada dentro de Comp como uma categoria "à parte", possivelmente adjunta, donde Comp se constitui em uma barreira para a regência.

Mas, no PB as previsões de RIZZI e de KAYNE não ocorrem. Por exemplo, o objeto complemento dos verbos epistêmicos é regido pela preposição "em" em (9).

(9) Ninguém (acredita, pensa, confia) em você.

(MOREIRA da SILVA, 1983: 301)

O mesmo efeito é obtido em estruturas completivas onde os verbos epistêmicos aceitam sujeito lexical

(10) Ninguém (acredita, pensa, confia) em você estar certo.

Observa-se que, da mesma forma que "em" rege o complemento verbal em (9), rege o complemento sob forma de oração em (10). Observa-se, ainda, que também a preposição "de" pode ser inserida no contexto (9) com sujeito lexicalizado (11):

(11) Ninguém (acredita, pensa, confia) (de) você sair.

Um elemento vazio pode ocorrer no mesmo contexto (12):

(12) Você (acredita, confia, pensa) (Ø) essa gente estar disposta a nos ajudar?

(MOREIRA da SILVA, 1983: 302)

No português, portanto, no contexto dos verbos epistêmicos, um sujeito lexical pode ser precedido das preposições "em" e "de", ou ainda da categoria vazia [Ø].

Para MOREIRA da SILVA verbos factivos como: "lamentar", "deplorar", "compreender", "ignorar", "esquecer"; e não factivos como: "garantir", "supor", "afirmar", "alegar", "sustentar", "insinuar" e outros, aceitam a preposição "de" em contextos como (13)

(13) Pedro ----- (de) ----- .

Um fato a ser observado, no entanto, é que, em contextos como (14a), apenas alguns verbos dos acima podem substituir "lamentar". Por outro lado, a preposição "em" não pode substituir "de" em (14c):

- (14) a- Pedro lamentava [e] a Maria ter chegado tarde.  
 b- \*Pedro esquecia a Maria ter chegado tarde.  
 c- Pedro lamentava da Maria ter chegado tarde.  
 d- \*Pedro lamentava em a Maria ter chegado tarde.

A respeito, se em (12) a preposição "de" pode ocorrer

introduzindo o infinitivo, e se sua ocorrência em (14) se dá por "escolha do verbo", para "introduzir" seu complemento, pode-se admitir que, face à subcategorização de CP pelo verbo em (12) e em (14), a preposição "de" é um subordinante. Constatou-se, então, que tais predicados selecionam ou um Comp "vazio" ou a subordinante "de" para introduzir suas completivas, e que o sujeito lexical pode estar presente em todos os casos.

Ao abordar a auto-suficiência das orações de infinitivo do PB, MOREIRA da SILVA (1983), coloca que: "Seus sujeitos, para que sejam legitimados sob forma lexical, não parecem exigir, necessariamente a regência do Comp adjacente. Se se pensa no 'filtro do Caso', que exige que todo SN lexical seja marcado para Caso, parece possível admitir que no PB o sujeito das infinitivas têm a possibilidade de receber Caso no interior do domínio da S mesma infinitiva (da Flexão, por exemplo)" (15a) e (16a) (MOREIRA da SILVA, 1983). Esse efeito, pelo contrário, não é encontrado no francês ou no inglês.

(15) a- Alguma coisa lhe acontecer seria uma pena.

b- For something to happen to him would be a pity.

c- \* (De) quelque chose lui arriver serait dommage.

(16) a- é impossível João sair.

b- It is impossible for John to leave.

c- \* Il est impossible (de) Jean sortir.

(Apud. MOREIRA da SILVA, 1983: 309)

No francês, mesmo a regência de um subordinante preposição (15c), (16c), não permite sujeito lexical, ao passo que o inglês exige a preposição "for" (15b), (16b).

Para explicar a gramaticalidade das sentenças (15a) e (16a) ROUVERET (1980) adota a hipótese de que o sujeito das orações de infinitivo flexionado é regido pelo Comp nulo mesmo. A respeito dessa colocação, no entanto, há de se questionar o que acontece quando a preposição "de" se põe como subordinante na estrutura (17b).

(17) a- é fácil nós resolvermos este problema.

b- Este problema é fácil de nós resolvermos.

A sentença (17a) pode ser construída ainda como (18):

(18) é fácil de nós resolvermos esse problema.

ROUVERET analisa a sentença (17b) como agramatical no PE, o que parece não o ser no PB. A questão envolvida é com relação à presença de "de", preposição que ocupa o Comp, que assim deixa de ser nulo. O problema se estende, ainda, se se admitir um elemento lexical "Qu" em Comp. Veja-se o contraste com o inglês e francês (19).

- (19) a- Eu não sei em quem João confiar.  
 b- \* I don't know who John to trust.  
 c- \* Je ne sais pas à qui Jean avoir confiance.

(Apud. MOREIRA da SILVA, 1980: 310)

ROUVERET considera as sentenças (17b) (18) e (19a) como agramaticais. Considera que essa agramaticalidade vem do fato de que o elemento lexical "de", que está em Comp, é tomado como o subordinante, e sua presença preenche o Comp, impedindo-o de reger o sujeito lexical adjacente. Fica, pois, a questão de se determinar: como a subordinação está acontecendo em (17); como a regência está sendo exercida; como o Caso é atribuído ao sujeito de infinitivo, se por Comp ou pela preposição ou por AGR.

A discussão acima se resume na identificação da natureza diversa da preposição em Comp em algumas línguas. Em certos casos, o francês por exemplo, essa preposição parece ser subcategorizada e não é capaz de atribuir Caso ao sujeito de infinitivo; em outros funciona como um verdadeiro Comp; é o caso do português do Brasil em que atua junto ao mecanismo flexional de licenciamento do sujeito. Enquanto o francês e o italiano formam um bloco em que a preposição não atribui Caso ao sujeito de infinitivo, o inglês e o português formam outro em que a mesma pode atribuir o Caso. Uma diferença reside, no entanto, no fato de que no PB a preposição tem comportamento de categoria funcional, como um próprio Complementizador, enquanto que no inglês funciona ainda como categoria lexical.

### 2.2.2- A Presença de um Operador Temporal em Comp:

VITRAL (1987) estuda a subordinação infinitiva do Português para as completivas acusativas, com atenção especial nas condições que estariam sendo obedecidas pela gramática da língua quando ora permite ora não, a realização lexical do sujeito junto à forma infinitiva. Para VITRAL "é a presença desse sujeito que deflagra a concordância". Interessa-lhe o "como" e o "ambiente" em que a atribuição de Caso nominativo é procedida para orações de infinitivo. Estuda essa subordinação com base no quadro descritivo (20)

- (20) a- Orações completivas infinitivas cujo sujeito pode ser [+ ou - lexical] (-lexical= categoria vazia cv)  
 b- Oração complemento de infinitivo sem sujeito.

Põe as seguintes questões:

- (21) a- Que elemento ou mecanismo da gramática é responsável pela presença de sujeito lexical no infinitivo?  
 b- Por que determinados verbos permitem um complemento de infinitivo com sujeito lexical enquanto outros não o permitem?

Desenvolve uma análise valendo-se da relação das completivas infinitivas, de subjuntivo, e de indicativo.

A partir da observação de que alguns verbos na língua ocorrem apenas com complemento oracional no subjuntivo (22a), outros com complemento apenas no indicativo (22b), e os verbos em geral aceitam como complemento orações infinitivas, propõe que existem basicamente quatro classes de verbos no português. Os verbos podem ser classificados em:

(22) a-Verbos que admitem complemento oracional no subjuntivo e no infinitivo (V. SUB.)

Ex.: "adorar", "lamentar", "admirar" etc.

23.a.1- João adora que Maria vá à festa.

23.a.2- \* João adora que Maria vai à festa.

b-Verbos que admitem complemento oracional no indicativo e no infinitivo (V. IND.)

Ex.: "afirmar", "dizer", "saber" etc.

23.b.1- João afirma que Maria vai à festa.

23.b.2- \* João afirma que Maria vá à festa.

c-Verbos que admitem complemento oracional no subjuntivo, no indicativo, e no infinitivo (V. MISTOS)

Ex.: "acreditar", "duvidar", "supor" etc.

23.c.1- João acredita que Maria vai à festa.

23.c.2- João acredita que Maria vá à festa.

d-Verbos que admitem complemento oracional no  
infinitivo (V. INF.)

Ex.: "poder", "dever", "ousar" etc.

23.d.1- João pode ir à festa.

23.d.2- \* João pode que Maria vá à festa.

Os verbos do grupo "d" são os auxiliares ("modais" -ou com função de modo-, "aspectuais" ou "perifrásticos")

Para VITRAL, a possibilidade de os verbos admitirem diferentes complementos oracionais pode ser tratado em termos de subcategorização verbal. Propõe que o "modo" verbal é um dos traços associados à matriz lexical do verbo. Considera que os complementos oracionais são projecção de Comp e os faz decorrer das especificações quanto ao "Tempo" no que diz respeito à composição com o subjuntivo, indicativo, ou infinitivo. Essas colocações são resumidas em (23).

(23) a- V SUB: ---- Comp. ([+Tempo "a"])

onde a=± Passado

b- V IND: ---- Comp. ([+Tempo])

c- V MIS: ---- Comp. ([+Tempo "a"])  
([+Tempo])

d- V INF: ---- Comp. ([-Tempo])

O uso do Tempo como característica da subordinada vem do contraste que observa entre os complementos de subjuntivo e os

de indicativo, pelo qual "as subordinadas de subjuntivo não têm autonomia temporal. O tempo dessas subordinadas é sempre o mesmo da oração principal" (VITRAL, 1987: 96) (24):

(24) João (adorou, lamentou, quis, admirou) que  
 Maria (fosse, \*vá) à festa.

As subordinadas indicativas, por outro lado, aparecem com qualquer Tempo, e de forma independente da oração principal (25):

(25) João (disse, esqueceu, provou, confessou) que  
 Maria (bebe, bebeu) martini.

As subordinadas de verbos mistos tem o mesmo Tempo do verbo da oração principal, isso se está no modo subjuntivo (26). Se está no indicativo tem independência temporal (27):

(26) João (acreditou, ignorou, duvidou) que Maria  
 (soubesse, \*saiba) a verdade.

(27) João (acreditou, ignorou, duvidou) que Maria  
 (sabe, soube) a verdade.

Com base em tais observações é que VITRAL propõe que os verbos da classe V SUB. selecionam um complemento com Tempo não especificado. O Tempo é "± Passado", determinado pelo Tempo

do verbo da oração matriz, ou seja, existe entre o Tempo da subordinada e da oração matriz uma relação de tipo "anáfora-antecedente".

As orações com verbos da classe V IND. subcategorizam um complemento especificado como [+Tempo]. Já os verbos mistos (V MIST.) apresentam as duas possibilidades de caracterização da subordinada, com ou sem tempo. As orações de V INF. selecionam um complemento marcado [-Tempo].

VITRAL destaca que alguns verbos da classe dos V. SUB, quando tomam complemento infinitivo, têm o mesmo comportamento dos V. INF, ou seja, admitem como complemento não orações desenvolvidas (de indicativo e de subjuntivo), mas infinitivas. É o caso dos verbos "querer", "conseguir", "tentar" etc. Esses verbos, quando em complemento infinitivo, são classificados como V. INF, com estrutura (23d). Sendo da classe dos V. SUB, deveriam permitir sujeito lexical nas completivas, considerando que [+Tempo] delas seria especificado pelo tempo da oração matriz. Em vista dessa relação considera-se que tais verbos subcategorizam então os complementos marcados [+Tempo] ou [-Tempo]:

(28) (tentar, querer, conseguir) ([+Tempo], [-Tempo])

A respeito da natureza e do tipo de categoria complemento [-Tempo] (28), VITRAL considera que se trata de uma projecção de V (VP) ou de P (PP), levando em conta se há presença de preposição regendo o complemento verbal.

A presença do sujeito lexical é um fenômeno que tem lugar a partir da atribuição de Caso. Os atribuidores de Caso, conforme CHOMSKY (1980) são:

- (29) a- A Concordância (AGR)  
 b- A Estrutura  
 c- A Presença de Tempo

Tendo em vista a agramaticalidade de (30), VITRAL (1987) deixa de lado a atribuição de Caso pela Concordância

- (30) \*O gerente disse os bancos emprestarem dinheiro  
 com juros altos.

Considerando que a concordância é "insuficiente para tal atribuição", centra-se na possibilidade de o nominativo ser um Caso estrutural, dependente de propriedades do ambiente da estrutura.

O ponto de partida é a colocação de RIZZI (1982) de que a atribuição de Caso nominativo não se faz pela regência de um núcleo, mas, por propriedades gerais do ambiente estrutural. VITRAL insere a "presença" do Tempo [+Tempo] como uma propriedade para tal atribuição. Considerando que as orações de infinitivo são caracterizadas como [-Tempo] na morfologia do verbo, mostra que certos complementos de infinitivo são de fato caracterizados positivamente para tal traço, a partir da subcategorização pelo

verbo da oração principal. O traço de Tempo do verbo dessa oração condiciona um tempo na subordinada. Nesse caso, a marcação do nominativo é favorecida, e se dá segundo uma atribuição estrutural. VITRAL define então o "Contexto de Atribuição do Nominativo" (31):

(31) CAN

O Caso nominativo é atribuído a um NP no contexto:

- i- Posição de especificador de Infl.
- ii- Infl tem os traços [+Tempo], [+AGR].
- iii- [+Tempo] é especificado como [+ ou - Passado].

Para VITRAL, "O reconhecimento da presença de Tempo é uma das condições que devem ser preenchidas para que o nominativo (Caso estrutural) possa ser atribuído ao sujeito de certas completivas infinitivas".

A respeito de um Tempo nas completivas, também RAPOSD (1987: 99) lança mão da possibilidade desse fator nas subordinadas de infinitivo como uma opção marcada em Comp. Trata-se de um operador temporal no núcleo de Comp, associado a partir da subcategorização. Essa interpretação explica porque alguns falantes do PE aceitam, ainda que marginalmente, construções como: "O Manuel pensa [os amigos terem levado o livro]".

### 2.2.3- O Licenciamento do Sujeito por AGR Marcado com Caso:

RAPOSO (1987), analisando a distribuição e as propriedades de orações complemento com infinitivo flexionado no PE, mostra que as principais propriedades dessas construções se seguem do fato que AGR no nóduo Infl deve ser marcado por Caso para poder atribuir nominativo ao sujeito de infinitivo.

O ponto de partida é a caracterização [-Tempo] e [+AGR] de INFL (32) nas orações de infinitivo no PE:

(32) INFL ---- ([-Tempo] [+AGR])

De outra forma, como acontece na maioria das linguas que não possuem Infl flexionado, a caracterização de INFL quanto ao Tempo e à Concordância é (33):

(33) INFL --- ([-Tempo] [-AGR])

Para (33), uma vez que AGR é [-], o sujeito de infinitivo vem sem Caso. Esse sujeito é especificado como PRO.

A partir da caracterização (32) de INFL, a estrutura da oração infinitiva no PE é então (34):

(34) NP [-Tempo] [+AGR] VP

Nessa estrutura, o NP sujeito recebe o Caso nominativo de [+AGR]

em INFL. A condição sobre a estrutura (34), no entanto, é que INFL receba Caso de um atribuidor externo.

Assume-se aqui que Caso é atribuído sob regência da seguinte forma:

- (35) O Caso é atribuído sob regência pelo núcleo X de uma categoria V, P ou AGR em INFL.

V pode atribuir Caso a um CP e, conforme RAPOSO, esse Caso pode "percolar" para C, isso porque C é núcleo de CP. Da mesma forma, V pode atribuir Caso a um IP e esse Caso pode "percolar" para o núcleo de INFL. Na primeira estrutura, segundo RAPOSO, faz-se necessário um alçamento de INFL para Comp (para o núcleo C de Comp). Ali alojado, sob regência do atribuidor externo de Caso, é que Infl recebe o Caso do verbo da oração principal e, sob essa condição por sua vez, pode atribuir nominativo ao sujeito de infinitivo.

RAPOSO apresenta, ainda, uma análise de orações construídas com infinitivo flexionado e mostra como estas orações funcionam como complementos subcategorizados por algumas classes de predicados (factivo, epistêmico, declarativo), em contraposição a predicados "volitivos". Procura relacionar as propriedades dessas construções com o movimento do auxiliar (Aux) para a posição de Comp (36c). Discute a agramaticalidade de orações de infinitivo flexionado quando a posição de

especificador (Espec) de CP está preenchida por um elemento Ou ou por um operador nulo. Conclue que realmente um Infl sem Tempo, mas positivamente marcado para AGR, pode atribuir Caso nominativo a um sujeito lexical, mas somente se ele próprio puder receber Caso.

- (36) a- \*O Manuel pensa os amigos terem levado o livro.  
 b- O Manuel pensa [CP [C' [C/T e] [IP os amigos [I' [I AGR] [VPter levado o livro]]]]].  
 c- O Manuel pensa terem os amigos levado o livro.  
 d- O Manuel pensa [CP [C' [C/T terem] [IP os amigos [I' [I AGR] [VP t levado o livro]]]]].

Em (36a) o AGR da oração encaixada não é regido e não pode receber Caso. O regente mais próximo, e potencial atribuidor de Caso para AGR, é o verbo da oração matriz que, no entanto, dado à presença de CP rege a CP, o seu núcleo, mas não a IP ou o núcleo dessa. Veja-se que há a projeção máxima CP que domina "Infl", mas não domina o verbo matriz e, portanto, funciona como barreira para a regência de Infl por V.

Em (36c) não há agramaticalidade. Admite-se que Infl se move para o núcleo C de C<sub>omp</sub> e ali se encontra em um contexto de regência e atribuição de Caso. Nessa estrutura, CP e seu núcleo são regidos pelo verbo da oração matriz e o Caso atribuído a CP "percola" para "Infl" em C.

Quanto à presença do elemento *Qu* ou do operador nulo, tem-se o mesmo efeito:

- (37) a- \*Eu não sei [quem [eles convidarem para o jantar]]  
 b- \*Nós não sabemos [quem [cv convidarmos para o jantar]]  
 c- \*Eu trouxe a faca [com que [eles cortarem o queijo]]  
 d- \*Eles trouxeram a faca [com que [cv cortarem o queijo]]

O julgamento de gramaticalidade não muda, mesmo com AGR precedendo a posição de sujeito, ou em C de Comp (38).

- (38) a- \*Eu não sei quem convidarem eles para jantar  
 b- \*Eu trouxe a faca com que cortarem eles o queijo

A agramaticalidade de (37a) e (37b) se deve a que não há Caso atribuído de fora à Infl em C. Já em (37c) e (37d) há violação do "Filtro de Comp Duplamente Preenchido" (39):

(39) Filtro de Comp Duplamente Preenchido:

...[CP expressão Wh [C' [C EI AGRi [IP NP [I' ti VP]]]]

Para o caso de presença do operador nulo tem-se (40):

- (40) Esses relógios são difíceis de arranjar.

Veja-se o operador nulo na posição de Spec de CP da encaixada:

(41) difíceis de [CP OPi [C' [C e]CIP PRO [I' Infl [VP  
arranjar ti]]]]]

Aqui, AGR in situ (em I') não é regido. No entanto, em estruturas como (42) AGR em Comp é regido pela preposição.

(42) a- \* Esses relógios são difíceis de arranjar-mos  
b- ...difíceis de [CP OPi [C' [C [I AGR]k [CIP pro  
[I' tk [VP arranjar ti ]]]]]]

Mas, nesse caso a base é mal formada porque há violação do filtro de Comp duplamente preenchido.

#### 2.2.4- Português do Brasil X Português Europeu:

Uma colocação de RAPOSO (1987) quanto à distribuição das orações complemento de infinitivo flexionado no PE, é que tais orações não são inteiramente livres para essa distribuição. Por exemplo, as orações de infinitivo podem ocorrer como complemento subcategorizado por um predicado "epistêmico" (ex.: pensar), "declarativo" (ex.: afirmar) e "factivo" (ex.: lamentar), mas, não subcategorizado por um predicado "volitivo" (ex.: desejar):

(43) a- \*Eu penso [os deputados terem trabalhado pouco]  
b- Eu penso [terem os deputados trabalhado pouco]

(44) a- Eu afirmo [os deputados terem trabalhado pouco]

b- Eu afirmo [terem os deputados trabalhado pouco]

(45) a- Eu lamento [os deputados terem trabalhado pouco]

b- Eu lamento [terem os deputados trabalhado pouco]

(46) a- \*Eu desejo [os deputados terem trabalhado pouco]

b- \*Eu desejo [terem os deputados trabalhado pouco]

Existe, no entanto, certa hesitação quanto a se considerar (43a), (46a) e (46b) como agramaticais no PB, inclusive se se concorda que a troca do advérbio "pouco" por "muito", torna a estrutura mais aceitável:

(47) a- Eu desejo [os deputados terem trabalhado muito]

b- Eu desejo [terem os deputados trabalhado muito]

A questão envolvida é a possibilidade de subcategorização por volitivo no PB. Sobre a mesma, considerando que o verbo "desejar" mais adequadamente "se refere" a uma "expectativa quanto a 'eventos' futuros" (veja-se que a construção (48) tem o mesmo status de (47), porém, é mais natural, possivelmente dado ao tempo futuro que está "embutido" na forma verbal).

(48) Eu desejo os deputados trabalharem muito.

Questiona-se aqui a eventual participação do elemento Tempo na definição das propriedades semânticas ou aspectuais associadas ao emprego do verbo naquela sentença.

Paralelamente, tem-se o fenômeno de movimento do auxiliar passando a preceder o sujeito da oração de infinitivo. Essa anteposição é interpretada por RAPOSO como o deslocamento de Infl para Comp, posição de onde Infl pode reger o sujeito de infinitivo e lhe atribuir Caso. Além do fato de que para o PB parece haver certa hesitação quanto à não gramaticalidade das sentenças referidas, (44) - e (46), constata-se que construções como (49a), (49b) e (49c), também com verbos epistêmicos e volitivos, parecem gramaticais no PB.

- (49) a- Eu imagino [os deputados terem trabalhado pouco]  
 b- Eu desejo [todos terem tido a sorte de ganhar o prêmio]  
 c- Eu desejo [terem todos tido a sorte de ganhar o prêmio]

Ao que parece, existe uma diferença entre o PE e o PB, também quanto à subcategorização, envolvendo as classes de verbos e o movimento de auxiliares, a forma como se comportam para a atribuição de Caso.

Um segundo ponto levantado por RAPOSO (1987) com relação às orações de infinitivo no PE é que as orações

complemento desse tipo não podem ocorrer como orações interrogativas encaixadas, quando são orações relativas encaixadas, ou em construções nas quais existe um operador nulo alojado em Comp. Nesses casos, no PE somente infinitivas não flexionadas são possíveis:

(50) \*Nos não sabemos [quem convidarmos para o jantar]

Esta sentença, ao que parece, é gramatical no PB. Essa condição mostra que o fato de se ter uma encaixada interrogativa não interfere no processamento da estrutura dentro do mecanismo flexional do sistema nesse dialeto. O que é relevante sintaticamente nessa estrutura é que a posição Spec de Comp encontra-se preenchida pelo elemento Qu deslocado. Nesse caso, admitindo-se que não há o deslocamento de Infl para o Comp, porque esse já está preenchido, há inviabilização da atribuição de Caso por fora da CP de infinitivo. Retorna-se, assim, à questão da atribuição de Caso para o sujeito da oração de infinitivo no PB.

Ao lado dessas divergências, o PB e o PE parecem convergir quanto a usarem de um mesmo "paradigma" sintático no que diz respeito:

a- As orações de infinitivo se comportam como as orações não flexionadas e diferentemente das finitas, no fato de que elas somente ocorrem como orações encaixadas (51). Da mesma forma que essas, não podem ser introduzidas pelo complementizador "que"

(52):

(51) \*Eles apresentarem os novos trabalhos.

(52) \*É interessante [que eles aceitarem o trabalho]

b- As orações complemento de infinitivo flexionado, que têm função de adjunto, são introduzidas por Preposição (53):

(53) Eu entrei em casa [sem [os meninos verem]]

Cabe ressaltar que o status sintático da categoria PP nessas situações é relevante tendo em vista que o seu comportamento parece efetivamente o de um selecionador.

Sintetizando o que se expôs até aqui, pode-se dizer que conforme diz MOREIRA da SILVA há uma "auto-suficiência" das orações de infinitivo no PB. Essa "auto-suficiência" é a propriedade dessas orações conterem nelas próprias o regente e atribuidor de Caso para o seu sujeito. Um candidato para essa atribuição é a Preposição, lexicalmente realizada ou não, localizada em Comp. A preposição pode reger e atribuir caso ao sujeito de infinitivo que lhe é adjacente. Para ROUVERET, no entanto, para o PE a posição de sujeito de infinitivo é regido não pela preposição, mas por um Comp "nulo". A preposição apenas rege a CP de infinitivo, e marca uma fonteira para a atribuição

de Caso. No italiano RIZZI observa que o verbo da oração matriz seleciona a preposição que introduz as orações de infinitivo, mas, como no PE não é um regente adequado para o sujeito.

Para KAYNE, a respeito da preposição no francês e no italiano, as mesmas têm estatutos diferentes de "for" do inglês nas respectivas línguas. No francês, que possui também um elemento preposicional vazio "Ø", e no italiano, a preposição também não rege a posição de sujeito adjacente de infinitivo e, portanto, não lhe atribue Caso.

MOREIRA da SILVA observa que predicados epistêmicos e factivos no PB selecionam tanto um Comp vazio quanto a subordinante "de" para introduzir completivas. Em todos esses casos um sujeito lexical pode estar presente. Daí que o PB deve possuir a subordinante "Ø" abstrata de natureza preposicional, como o "Ø" não realizado do francês. No PB, "Ø" e "de" teriam as mesmas propriedades de "Ø" e de "for" do inglês, ou seja, de reger e atribuir Caso ao sujeito da encaixada adjacente.

Portanto, para o PB as colocações de RIZZI, KAYNE e ROUVERET não são de todo verificadas. Pode-se admitir que a preposição "de" está em Comp de uma forma diferente de uma simples hospedagem. Em Comp a preposição parece adquirir as propriedades de uma categoria funcional, ou seja, de agir como constituindo o próprio complementizador.

Para MOREIRA da SILVA, para que o sujeito seja legitimado sob forma lexical no PB não necessita da regência do

Comp adjacente como no PE. Esse sujeito parece receber Caso no interior do domínio da oração de infinitivo, de AGR conforme coloca. A partir de uma tal relação as hipóteses que se levantam são: 1- o sujeito é regido por AGR; e 2- a preposição é um complementizador no PB. Para essa última, observa-se que a preposição pode estar hospedada em Comp, em forma lexical ou vazia, tem grande produtividade na língua e introduz subordinadas de infinitivo. Esses efeitos condizem com o comportamento funcional de complementizador.

Sobre a mesma questão do status das orações de infinitivo, agora no PE, sua estrutura e composição, RAPOSO coloca que AGR é que atribui o nominativo ao sujeito. Para tal, se em uma CP, deve se deslocar para o núcleo C de Comp onde recebe Caso de um atribuidor externo; e sob essa condição está legitimado para atribuir nominativo ao sujeito.

Se Infl é [-AGR] o sujeito da infinitiva (vazio, sem regência e sem Caso) é PRO, anáfora pronominal dependente de estruturas de controle. [+AGR] em Infl --- ([-Tempo][+AGR]) no PE recebe Caso do atribuidor externo (por exemplo, do verbo da oração matriz). O Caso assim atribuído, se a uma IP "percola" para o núcleo "I" e não há necessidade de movimento; se a uma CP "percola" para o núcleo "C". Se a oração é CP, então Infl se desloca para C.

RAPOSO observa, também, que a oração complemento de infinitivo flexionado não pode ocorrer como complemento

subcategorizado de verbo volitivo e as infinitivas não admitem complemento interrogativo encaixado. Para a primeira isso se dá porque existe um Comp preenchido, portanto o movimento de Infl para Comp não pode acontecer. As duas condições não vigoram no PB.

### **2.2.5- A Estrutura da Oração no PB:**

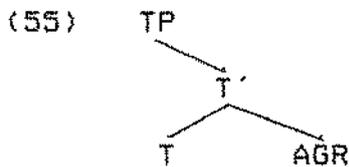
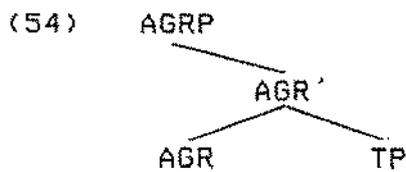
GALVES (1993) coloca que alguns fenômenos singulares do PB, ou determinadas tendências que se observam em sua gramática, tem origem na mudança experimentada por apenas um dos seus parâmetros: a "Força" de AGR. Verificada a partir de fins do século XIX, o português teria naquela época AGR [+Forte], e o PB, passando por um processo de mudança, tem-no hoje [-Forte]. Esse caráter de AGR no PB está subjacente ao desenvolvimento das alterações verificadas no sistema pronominal, na fixação da ordem SVO, e na diferença da frequência de concordância em estruturas com o "se" no caso dos clíticos.

Alguns outros fenômenos parecem poder ser também vinculados a essa caracterização de AGR no PB, por exemplo: a natureza sintática e a função sintática das subordinadas de infinitivo, o tipo de categoria lexical introdutora da oração de infinitivo, as propriedades lexicais dos selecionadores ou subcategorizadores da oração de infinitivo, o tipo de categoria vazia sujeito de infinitivo, a forma de referencialidade da categoria sujeito de infinitivo.

Na estrutura da oração do PB a característica [-Forte] de AGR se faz notar sobretudo na re-organização dessa estrutura (GALVES, 1993). Para as orações de infinitivo, tendo em vista os fatos arrolados anteriormente, propõe-se aqui, esse efeito age no sentido de torná-la auto-suficiente para a regência e atribuição de Caso a seu sujeito. Entre outros efeitos que decorrem dessa re-organização, há a <sup>re-</sup>incrementação da estrutura de tópico na língua, e redefinição das propriedades de referencialidade e co-referencialidade de sua categoria sujeito, pronominal ou vazia.

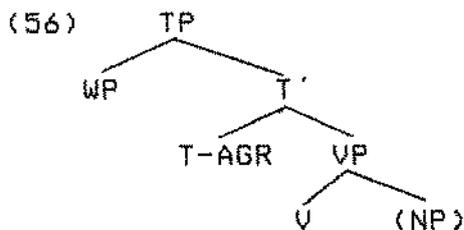
A respeito da Concordância "Fraca" ou AGR [-Forte] GALVES (1993) a define: é "...a concordância que não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático". No PB tal concordância se caracteriza pela falta de oposição 1ª, 2ª e 3ª pessoa, na flexão verbal, interpretada apenas pela oposição binária de pessoa (1ª) e não pessoa (3ª), e da oposição singular/plural. Morfologicamente isso se traduz pela ausência de 2ª pessoa e semanticamente pela possibilidade de se interpretar a 3ª pessoa do singular como indeterminada.

A relação de AGR [-Forte] com os fenômenos colocados para o PB podem ser verificados a partir da função desempenhada por essa categoria na estrutura oracional, ou seja, de núcleo da oração (CHOMSKY, 1986). A partir da proposta de POLLOCK (1989), de que a concordância (AGR) e o Tempo (T) têm projeções máximas (AGRP) e TP, respectivamente, distintas. Duas posições estruturais são possíveis para essas categorias. Ou AGR domina T (54) ou T domina AGR (55).

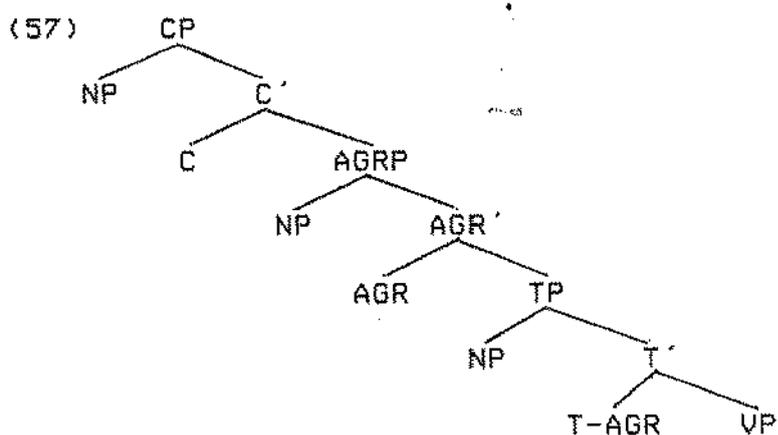


De acordo com (54) a flexão tem como núcleo a concordância (AGR). A mesma é que se encerra o final da derivação, recebendo o verbo já acoplado do Tempo.

A proposta de GALVES (1993: 396) é que "...um morfema de concordância "Fraco" não é gerado debaixo de um núcleo independente, mas antes como um afixo a T, desde o início da derivação", conforme (56)



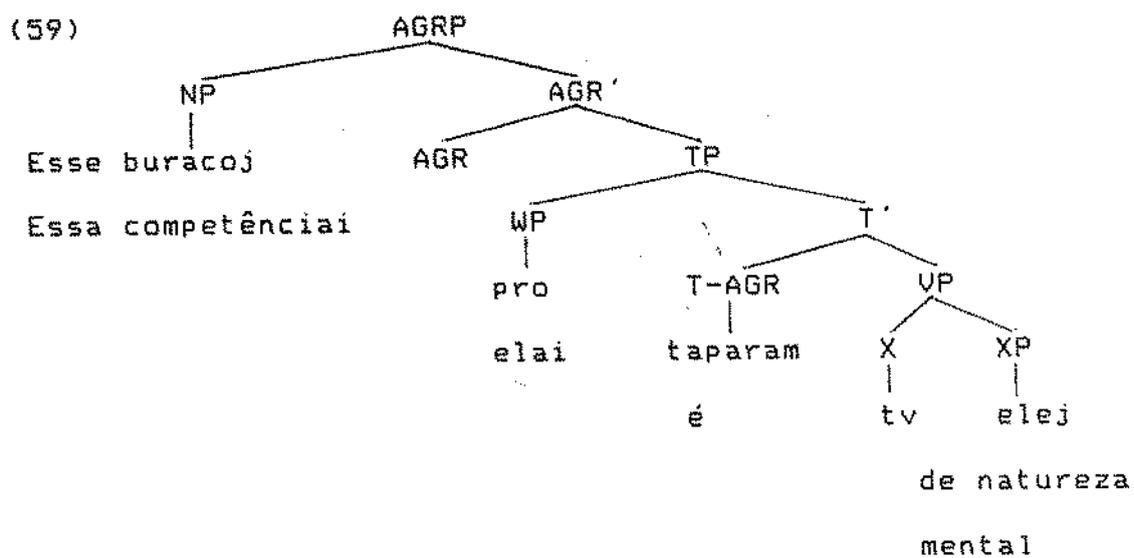
Considerando que "Existe...evidência de que um núcleo AGR, independente de realização morfológica, e dominando o sintagma temporal...existe no PB, definindo uma posição de sujeito suplementar", GALVES representa a estrutura de oração desse dialeto conforme (57):



O AGR suplementar define a posição de tópico no PB. Essa propriedade é ilustrado em (59) para (58a) e (58b), com exemplos de PONTES (Apud. GALVES, 1993: 398):

(58) a- "Esse buraco taparam ele"

b- "Essa competência ela é de natureza mental"



A partir da estrutura (57) é que se procura aqui

interpretar os fenômenos sintáticos associados à ocorrência do infinitivo pessoal no PB e no PE. Ensaia-se uma explicação das suas divergências a partir da caracterização [-Forte] de AGR no PB. Essa categoria, na base do conjunto de variações e mudanças verificadas no dialeto atua de forma central nos processos constatados. é de sua atuação que deriva a reorganização da estrutura da oração do PB, a qual desencadeia todos os fenômenos de diferenciação notados entre esse dialeto e o PE.

Do exposto até aqui o seguinte conjunto de relações se sobressaem:

1- As orações de infinitivo no PB ao que parece são "auto-suficientes", ou seja, possuem em seu próprio domínio o regente e atribuidor de Caso para o seu sujeito. O domínio da oração de infinitivo é a CP definida pelo verbo de infinitivo.

2- O regente e o atribuidor de Caso para o sujeito de infinitivo é [+AGR], mas [+AGR] licencia o sujeito de infinitivo sse for licenciado por "Tempo". Observa-se que nas orações com Tempo "finito", [+AGR] é licenciado no domínio de TP; nas orações de infinitivo é licenciado pelo Tempo em Comp.

3- A Preposição se comporta como um complementizador no PB. Verifica-se que a mesma pode ser lexical ou vazia, vir em estrutura com sujeito realizado ou não, e rege a posição de sujeito.

4- O sujeito vazio de infinitivo no PB parece não ser PRO. Observa-se que a posição de sujeito de infinitivo é regida,

recebe Caso e abriga um elemento co-indexável com o tópico.

5- O fato de as sentenças de infinitivo serem "auto-suficientes" para regência e atribuição de Caso, e de seu sujeito não ser uma anáfora pronominal PRO são uma consequência da estrutura da oração do PB, definida a partir de um AGR "Fraco". Um feixe de propriedades sintáticas sofre alterações a partir dessa caracterização de AGR. As propriedades estão interrelacionadas e a especificação de uma interfere na especificação das outras. No caso das estruturas de infinitivo duas propriedades sobressaem:

1- Há um Tempo em Comp que é uma propriedade decorrente da subcategorização de CP pelo verbo finito da oração matriz.

Tendo em vista essa relação, a diferença entre o PB e o PE parece vir da forma de licenciamento de AGR; o AGR "Fraco" do PB é licenciado pelo Tempo do Comp da própria oração ao passo que o AGR "Forte" do PE é licenciado por um elemento externo à oração (RAPOSO, 1987). Nesse caso o PB não tem movimento de Infl para Comp e, portanto, sofre menos interferência do tipo de subcategorizador verbal.

Com base no exposto assume-se aqui as seguintes hipóteses teóricas:

A- Quanto às orações infinitivas do PB:

1- As orações de infinitivo do PB são "auto-suficientes"

1.1- A "auto-suficiência" é a propriedade de ter um "regente" e um "atribuidor de Caso" para o seu sujeito no seu

próprio domínio.

2- As orações de infinitivo no PB são estruturas CPs.

3- O atribuidor de Caso ao sujeito no PB é [+AGR].

4- [+AGR] deve ser licenciado por "Tempo" no PB.

B- Quanto à Preposição no PB:

1- A Preposição é um Complementizador no PB.

2- A Preposição no PB pode ser lexical ou um elemento vazio "ø".

C- Quanto ao sujeito de infinitivo:

1- A posição de sujeito de infinitivo no PB é regida.

2- A categoria vazia sujeito de infinitivo flexionado no PB é o pronome não anafórico "pro".

D- Quanto aos verbos selecionadores:

No PB, verbos volitivos podem subcategorizar orações complemento de infinitivo flexionado. Isso mostra que seus Comp no PB podem ser interpretados como [+Tempo] (VITRAL, 1987).

O conjunto de fenômenos relacionados acima podem agora ser aferidos a partir da análise quantitativa e qualitativa que se vai desenvolver a seguir

## Capítulo 3

### Análise do Corpus

#### 3.1- Introdução:

O estudo se restringe à língua falada culta. Trabalha-se com registros de entrevistas de diversos informantes que discorrem sobre temas variados, como profissão, família, lazer, ideais etc. Os informantes têm curso superior completo ou frequência universitária. Para o PB, têm-se como corpus registros da fala da cidade de São Paulo, e, para o PE, da fala do território do continente.

Usando o VARBRUL (sigla de "variable rules", um pacote estatístico para análise de "regras variáveis" em fenômenos de língua), a abordagem quantitativa visa a apontar, estatisticamente, com base na distribuição geográfica, tendências dentro do sistema. Deixam de serem feitas oposições por fatores

de natureza sociocultural e econômica. A atenção se volta exclusivamente para as estruturas sintáticas dos subsistemas (dialetos), e para suas articulações no que diz respeito ao emprego do infinitivo. A especificação geográfica é usada apenas para "localizar" os subsistemas (PE e PB) e os outros fatores de identificação dos informante para delimitação dos corpora e homogenizar os dados.

### 3.2- O Corpus:

Os dados foram obtidos de dois corpora, um do PB e outro do PE. Para o PB foram usados registros do "Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo" (Projeto NURC/SP), publicado em "A Linguagem Falada Culta na Cidade de São Paulo", volume VIII, organizado por Dino PRETI & Hudinilson URBANO (1988). Consta de entrevistas, ou diálogos entre informante e documentador. Para o PE foram usadas entrevistas publicadas no "Português Fundamental, Volume Segundo, Métodos e Documentos", por Maria F. B. do NASCIMENTO, Maria L. G. MARQUES & Maria L. da CRUZ (1987).

As amostras do Projeto NURC/SP são registros de material sonoro recolhido no início da década de 70 na cidade de São Paulo, região sudeste do Brasil. São diálogos considerados entrevistas de dois tipos básicos "entrevistas narrativas" e "entrevistas gnômicas ou instrucionais". Os entrevistados foram distinguidos por sexo, idade, nível de instrução, grupo

profissional, tempo de permanência no estado de São Paulo e origem geográfica dos pais. Para este trabalho foram selecionados 4 informantes com idade entre 34 e 44 anos completos e com curso superior concluído. Não foram tratados como variáveis independentes os fatores sociolinguísticos. Os fatores sociais arrolados foram tomados apenas para homogeneizar os dados.

As amostras do PE são também registros sonoros obtidos basicamente nos mesmos moldes metodológicos do Projeto NURC/SP. São partes de entrevistas realizadas em território português com falantes nativos. Os informantes são classificados pela região geográfica de origem, sexo, idade, nível de instrução, grupo profissional a que pertence e influência linguística anterior. As amostras selecionadas foram obtidas em função da região geográfica de origem, da idade e do nível de instrução do informante. Foram classificadas apenas entrevistas de falantes originários do território continental, 23 indivíduos, com 30 anos ou mais, e com curso superior completo ou frequência universitária.

Embora o número de informantes do PE (23) seja superior ao do PB (4), o tempo total das entrevistas e o número de ocorrências da forma infinitiva, nos dois corpus, são equivalentes; aproximadamente 40 min. por indivíduo, no primeiro caso, e 07 min. por indivíduo, no segundo, dando um total de 160 min. para cada corpus. Foram registradas 1190 ocorrências de infinitivo, 603 no PE e 587 no PB. Cada amostra é identificada pela sua origem, português do Brasil (PB) e português europeu

(PE), e pelo código do informante no registro do inquerito "NURC/SP", "Português Fundamental". Por exemplo: o código (PB281) deve ser lido "Amostra do português do Brasil, informante 281 do inquerito NURC/SP"; (PE187) "Amostra do português europeu, informante 187 do inquerito do Português Fundamental". A localização dos exemplos e sua identificação podem ser feitos nas respectivas publicações.

Das 1190 amostras, 969 foram classificadas para análise. Descartou-se, para esse fim, amostras que apresentavam os seguintes problemas: 1- Estruturas incompreensíveis, ex.: "...eu acho que nesta parte sem escolaridade especializados so na...pra dar certo so na parte operários especializados..." (PB288); 2- Formas repetidas, ex.: "...o pessoal todo tem que se exercitar...se exercitar e mudar muito de roupa..."; Expressões "cristalizadas", ex.: "...engenheiro nuclear por exemplo é um ramo mais novo...guer dizer pelo menos pra nós é mais novo né?" (PB288); Paráfrase por locução, ex.: "...eu em Londres e em Paris não andei de taxi a não ser na ocasião em que cheguei..." (PB160).

O material utilizado, NURC/SP e Português Fundamental, foi revisado antes das respectivas publicações com vistas à fidelidade de transcrição e ao registro; é o que atesta o histórico do projeto, descrito juntamente com a publicação dos dados. A proximidade das metodologias e a identidade dos objetivos, nos dois projetos (NURC e Português Fundamental), autoriza trabalho comparativo do material que produziram nas duas

diferentes regiões e respectivas épocas para a Língua Portuguesa.

### 3.3- Variáveis:

As variáveis são de dois tipos: lingüísticas (9) e a extralingüística, a origem geográfica das amostras. Foram escolhidas para se ter uma visão do caráter [-Forte] de AGR no PB, da interpretação referencial do sujeito nulo, e da legitimação do nominativo no dialeto. As variáveis lingüísticas são: 1- Realização do sujeito de infinitivo, 2- Tipo de expressão nominal sujeito de infinitivo, 3- Posição do sujeito realizado na oração de infinitivo, 4- Morfema realizado do verbo de infinitivo, 5- Referencialidade da categoria vazia sujeito da oração de infinitivo, 6- Co-referencialidade do sujeito vazio de infinitivo, 7- Presença de preposição no início da oração de infinitivo, 8- Função sintática da oração de infinitivo, e 9- Subcategorizadores da oração de infinitivo.

Servem para mostrar o perfil quantitativo e qualitativo da presença do sujeito com verbos no infinitivo. Enfatizam a realização do sujeito, o como essa realização se dá quanto à posição estrutural e quanto ao tipo de elemento que o preenche, a propriedade de referenciação e a subcategorização nas estruturas da sentença. O ambiente comum para se comparar a realização ou não do sujeito é a de estruturas com presença de morfema de flexão materializado. Dado que AGR é que licencia a realização lexical do sujeito, atribuindo Caso à posição

nominativo, a hipótese que se tem é que um AGR "Fraco" que desencadeia uma reorganização da estrutura da oração no PB tende a apresentar reflexos nesses itens dentro do novo perfil de relações que se estabelece no interior da oração.

### 3.4- Coleta de dados:

Em uma leitura dos corpora foram assinaladas todas as ocorrências do infinitivo na fala dos informantes. Posteriormente, extraiu-se do texto as sentenças onde a forma infinitiva estava presente. A extração envolveu a oração principal e a oração encaixada. Procurou-se obter uma seqüência linear autônoma em cuja estrutura estivessem presentes os elementos relevantes para a análise da forma, as variáveis. A fase seguinte foi de identificação e caracterização das variáveis associadas à ocorrência do infinitivo. Exemplo:

Sentença:

"...eu fiquei com vontade tremenda de mandar meus filhos estudarem em Londres..." (PB160).

Variáveis:

1- realização do sujeito da oração de infinitivo:

sujeito\_realizado: meus filhos.

2- Tipo de expressão nominal sujeito de infinitivo:

Expressão-R.

3- Posição do sujeito realizado na oração de infinitivo:

antes\_do\_verbo.

4- Morfema realizado do verbo de infinitivo:

de\_3ª\_pessoa\_do\_plural.

5- Referencialidade da categoria vazia sujeito da oração de infinitivo: não\_se\_aplica.

6- Co-referencialidade do sujeito vazio de infinitivo: não\_se\_aplica.

7- Presença de preposição no início da oração de infinitivo: sem\_preposição.

8- Função sintática da oração de infinitivo: objeto\_direto.

9- Subcategorizador da oração de infinitivo: causativo.

### **3.5- Análise dos Dados:**

A análise dos dados é procedida em duas fases: uma primeira fornece as frequências de ocorrência, as aplicações e as percentagens associadas a cada fator, em particular. Para essa fase usa-se o VARBRUL. A aplicação do programa permite calcular as percentagens de ocorrência de uma variável dependente em relação a uma variável independente, e comparar o efeito combinado de duas ou mais variáveis independentes sobre a expressão do fenômeno observado. Com o VARBRUL assume-se que a variação é uma consequência da natureza dinâmica dos sistemas das línguas. Esta variabilidade é passível de uma descrição segundo "regras variáveis". É ainda possível se associar a determinados

fenômenos da língua valores probabilísticos que representam a probabilidade da ocorrência de uma dada variante independente dentro de um dado corpus.

Aqui, no entanto, não se centra na obtenção de regras variáveis; mas, no perfil da presença do sujeito realizado e vazio de infinitivo junto com o Infl/[+AGR], quando mormente pode ser dispensado para a caracterização do sujeito já que o mesmo vem caracterizado na flexão em pessoa e número. Em uma segunda fase os resultados quantitativos são tabulados, descritos e comentados, segundo as frequências e tendências que apresentam, tendo em vista a perspectiva do quadro teórico que orienta a elaboração de hipóteses. As hipóteses estatísticas são: a hipótese nula: "são iguais os índices de emprego da realização do sujeito, concomitante com a presença de morfema de flexão do verbo de infinitivo, no PB e no PE", isso para cada variável em observação; e a hipótese alternativa: "os dois índices são diferentes". Nesse último caso a diferença deve ser interpretada dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros.

### **3.6- Uma Análise Quantitativa:**

#### **3.6.1- Introdução:**

A análise a seguir constitui a primeira fase do

tratamento quantitativo, o cálculo estatístico. São apresentados os resultados obtidos sobre as amostras do português do Brasil e do português Europeu. Na segunda fase, logo após, os resultados são encaminhados dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros. Para a análise foram consideradas as 969 ocorrências selecionadas da forma infinitiva no corpus geral. Para esse total registrou-se o número relativo de ocorrências de cada variável e as percentagens correspondentes. Em um primeiro momento são aferidas as ocorrências relativa a cada fator particular, em alguns casos, em um segundo momento, os fatores são cruzados para se ver como estão relacionados quanto à origem das amostras, PB e PE. Os resultados devem ser tomados em conjunto, apontando uma tendência dentro da gramática do infinitivo português.

### 3.6.2- Realização do Sujeito de Infinitivo:

Comporta dois sub-itens: 1- sujeito realizado, ex.: "...eu convidei minha mulher mais para ela conhecer... os Estados Unidos..." (PB160), 2- sujeito não realizado, ex.: "...eu não tive oportunidade também de viajar de automóvel..." (PB160). Mostra em qual dos dialetos, PB ou PE, se preencheu mais assiduamente a posição de sujeito de infinitivo.

A hipótese de trabalho é que o PB apresenta um maior número de sujeito realizado. Deriva do fato de o PB ser uma língua que tende a perder o parâmetro do sujeito nulo.

Para um corpus de 459 amostras do PE e 510 do PB,

foram registradas 46 realizações do sujeito, 19 no PE e 27 no PB. Isso significa 4,1% de realização no primeiro, contra 5,3% no segundo. — Uma diferença de 1,2 pontos percentuais para preenchimento no PB (Tabela 1) (Gráfico 1).

Tabela 1: Realização do Sujeito de Infinitivo no PB e no PE.

Fator	Aplicação	Número	%
PE	19	459	4,1
PB	27	510	5,3
Total	46	969	--

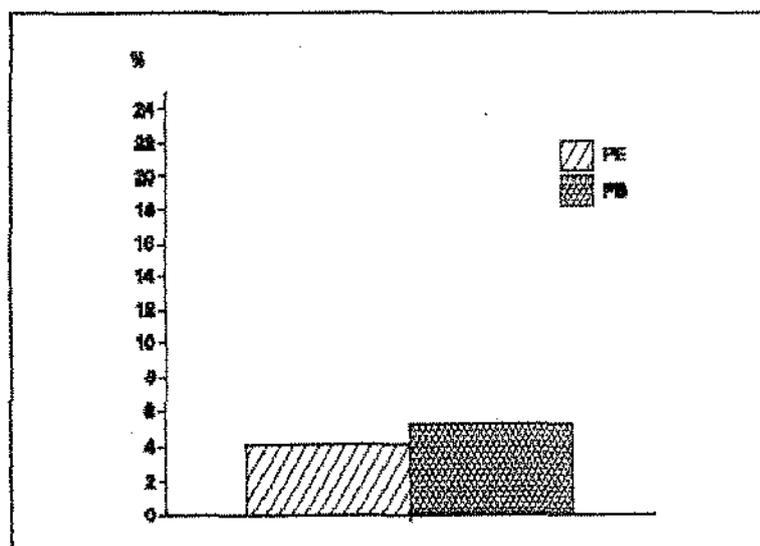


Gráfico 1: Realização do Sujeito de Infinitivo no PB e no PE.

O número de preenchimento é baixo nos dois dialetos. Há de se distinguir, no entanto, o tipo de selecionador da sentença de infinitivo, se um verbo auxiliar ou principal, se um nome, preposição ou um adverbio.

Tirando os verbos auxiliares que favorecem o Controle, ou seja, a não realização do sujeito, o Gráfico 2 mostra que para 270 ocorrências do infinitivo no PE, 6,7% ocorrem com sujeito realizado. No PB o mesmo valor é de 11,0%, para um total de 246 ocorrências. A diferença agora é de 4,3 pontos percentuais.

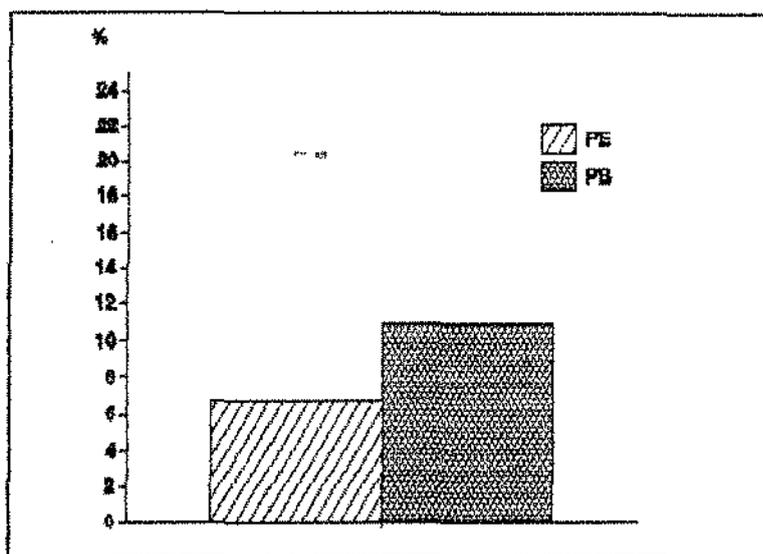


Gráfico 2: Realização do Sujeito Infinitivo Fora do Contexto de Auxiliar.

Esse resultado, ainda que não seja conclusivo estatisticamente, dado o tamanho dos corpora em análise, sugere que há tendência de preencher mais a posição de sujeito no PB, questão a ser apurada com um corpus maior.

### 3.6.3- Tipo de Expressão Nominal Sujeito de Infinitivo:

Comporta duas unidades: 1- "Expressão Referencial" (Expressão-R), ex.: "...já é pavoroso...um homem de vinte e cinco anos ser um office-boy..."(PB288); 2- Pronome" (P), ex.:

"...pareceu-me...muito complexo nós querermos atingir uma solução..." (PE455), ambas definidas dentro da Teoria da Ligação (TPP). A Expressão-R é todo e qualquer elemento lexical com poder de referência próprio. O pronome é uma unidade lingüística que tem sua referencialidade dependente da de outro elemento, do contexto lingüístico ou discursivo.

A hipótese de trabalho é que o PB tende a registrar maior número de realização via pronome. O fato de ser o pronome privilegiado nesse preenchimento se justifica pela sua dependência referencial, característica que compartilha com as categorias vazias, as quais pode substituir, seguindo a tendência geral de realização do sujeito.

Foram registrados sujeitos realizados sob a forma de Expressão-R, 12 no PE e 14 no PB, e de Pronome, 07 no PE e 13 no PB. Isso corresponde, respectivamente, a 63,1% e 36,9% de sujeito preenchido por Expressão-R e por Pronome no PE, contra 51,9% e 48,1% para a mesma distribuição no PB (Tabela 2).

Tabela 2: Tipo de Expressão Nominal Sujeito de Infinitivo:

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Expressão-R	12	63,1	14	51,9
Pronome	07	36,9	13	48,1
Total	19	100	27	100

Ou seja, há maior porcentagem de sujeito Expressão-R

no PE, diferença de 11,2 pontos percentuais em relação ao PB. Esse valor contrasta com a maior porcentagem de sujeitos pronominais no PB. O resultado parece mostrar que no PB se recorre mais a explicitar o sujeito, a se realizá-lo, em oposição ao uso da categoria vazia. Esse resultado pode estar relacionado com propriedades estruturais das orações de infinitivo que tem propriedades que licenciam o sujeito lexical com nominativo.

#### 3.6.4- Posição do Sujeito Realizado na Oração de Infinitivo:

Também esta variável comporta dois sub-itens: 1- sujeito "anteposto" ao verbo de infinitivo, ex.: "...por causa de eu ir andando..." (PE184), e 2- sujeito "posposto" ao verbo de infinitivo, ex.: "...são as pessoas de nível mais inferior que não que... não sabem fazer valer os seus direitos..." (PE108).

A hipótese de trabalho é que PB apresenta tendência à anteposição do sujeito. Deriva da hipótese teórica que há uma maior incidência de anteposição de sujeito no PB em função do seu licenciamento por AGR, em SpecAGR, na posição de tópico.

Constatou-se que no PB se realizou mais frequentemente o sujeito em posição pré-verbal. O índice desse emprego é 96,3%. Esse valor contrasta com o do PE, 89,5% (Tabela 3).

Tabela 3: Posição do Sujeito Realizado na Oração de Infinitivo

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Anteposto	17	89,5	26	96,3
Posposto	02	10,5	01	3,7
Total	19	100	27	100

A opção de realização pós verbal do sujeito é de 10,5% no PE contra 3,7% no PB. Está representada aqui o que parece ser uma tendência ligeiramente maior no PB de realizar o sujeito em posição pré-verbal.

### 3.6.5- Morfema Realizado do Verbo de Infinitivo:

Tem-se em vista o sistema flexional do infinitivo (0, -es, 0, -mos, -es, -em).

As hipóteses são:

1- há tendência de redução do quadro de morfemas de infinitivo. Isso se dá diante de uma "descaracterização" do mesmo. Deriva da hipótese que AGR é [-Forte] no PB.

2- Há menos frequência do morfema realizado. Deriva também da hipótese que AGR é [-Forte] no PB.

As hipóteses são confirmadas. Na Tabela (4) a primeira coisa a se observar é que tanto o PE quanto o PB so registraram morfema de 1ª e 3ª pessoa do plural, ou seja, ausência de morfema

de 2ª pessoa. Enquanto que para o PB esse resultado pareça esperado, essa ausência no PE parece se dever ao tipo de "discurso" que não favorece o aparecimento dessa pessoa. Quanto aos morfemas realizados, enquanto que para o PE as frequências de cada um são iguais (50% para cada um) em um total de 24 amostras, no PB observa-se que 75% dos morfemas são de 3ª pessoa do plural e 25% de 1ª pessoa, isso em um total de 4 amostras.

Tabela 4: Materialização do Morfema de Infinitivo

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
1ª Pess. Sing.	--	--	--	--
2ª Pess. Sing.	--	--	--	--
3ª Pess. Sing.	--	--	--	--
1ª Pess. Plur.	12	50	01	25
2ª Pess. Plur.	--	--	--	--
3ª Pess. Plur.	12	50	03	75
Total	24	100	04	100

Pela Tabela 5 vê-se que, quanto à realização de sujeito em estruturas com morfema realizado, o PE apresenta apenas 12% de realização contra 75% para o PB; ou de outra forma, 88% de não realização do sujeito no PE contra 25% no PB. Isso significa que no PE há mais materialização de morfema (24) (ou presença de concordância) e menos realização do sujeito (3); no PB há mais realização do sujeito (3) (relativamente ao PE) e

menos realização do morfema (4). No entanto, no PB os 75% de realização do sujeito vem em estrutura com morfema realizado contra 12% para o mesmo fenômeno no PE.

Tabela 5: Porcentagem de Realização do Sujeito em Oração com o Morfema de Flexão Realizado

Fator	Aplicação	PE	Aplicação	PB
Realizado	03	12%	03	75%
Não Real.	21	88%	01	25%
Tota l	24	100	04	100

Ao que parece, existe entre o PB e o PE uma diferença de caracterização do infinitivo pessoal envolvendo destacadamente a realização ou não do sujeito e a presença ou não de materialização do morfema de flexão. No PB uma realização parece depender da outra, enquanto no PE isso não ocorre. Esse resultado mostra que o PB tende a preencher mais a posição de sujeito, e em especial que a Concordância (materialização do morfema) tem alguma correlação nesse preenchimento, no PB de uma forma e no PE de outra. Possivelmente esse resultado se relaciona com a forma pela qual a concordância licencia a realização do sujeito nos dois dialetos.

### 3.6.6- Referencialidade da Categoria Vazia Sujeito da Oração de Infinitivo:

Esta variável envolve: 1- Sujeito de infinitivo com referência "controlada"; 2- Sujeito de infinitivo com referência "arbitrária". A referência controlada diz respeito à co-indexação do sujeito de infinitivo com o sujeito ou o objeto da oração principal, ou seja, o sujeito de infinitivo e seu "antecedente" são processados com um mesmo índice de referencialidade. Ex.: 1- Caso do sujeito: "...[eu]i não tive oportunidade também de [ ]i viajar de automóvel..." (PB160); 2- Caso do objeto "...isto hoje fez-[me]i [ ]i pensar.". A referência "arbitrária" é uma referência indeterminada, genérica; ex.: "...é só procurar que ...vai se chegar ao objetivo pretendido..." (PB160).

A hipótese de trabalho é que o PB apresenta menor frequência de referencialidade arbitrária. Deriva da hipótese a ser justificada mais abaixo de que no PB o sujeito das orações de infinitivo não é a anáfora pronominal PRO, mesmo nos contextos de verbos não flexionados.

Conforme a Tabela 6, no PB se apresentou uma maior frequência de referencialidade "controlada", 86,4% (PB) contra 72,0% (PE). Já o PE apresentou um número maior de frequência de referencialidade arbitrária, , 25,5% contra 12,6% PB.

Tabela 6: Referencialidade da Categoria Vazia Sujeito da Oração de Infinitivo:

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Ref. Contr.	328	74,5	422	87,4
Ref. Arbitr.	112	25,5	61	12,6
Total	441	100	483	100

Desses valores fica caracterizado que houve uma relativa menor tendência para referencialidade arbitrária no PB, enquanto no PE, para o mesmo tipo de referencialidade, a tendência é mais acentuada.

### 3.6.7- Co-Referencialidade do Sujeito Vazio de Infinitivo:

Essa variável se subdivide em: 1- co-referencialidade para com o sujeito da oração principal, ex.: "...[ele] estava agora a [ ] trabalhar no ministério..." (PE308); 2- co-referencialidade para com o objeto da oração principal, ex.: "...as autoridades eclesíásticas não [os] deixa [ ] [ ] entrar..." (PE184), ou seja, ambas relação de controle; e co-referencialidade para com o tópico, ex.: "...[o ambiente escolar] eu acho que deve [ ] ser um ambiente bem limpo..." (PB288).

A hipótese é que o PB pode apresentar co-referencialidade para com um tópico. Deriva da hipótese teórica

de que "há maior 'grau de liberdade' para a co-indexação a nível estrutural no PB".

A Tabela 7 registra três tendências nas amostras do PE e do PB. Uma primeira é que, em ambos os dialetos se privilegia igualmente uma co-referencialidade para com o sujeito da oração matriz (veja-se as altas porcentagem, 95,3% no PE e 99,0% no PB), uma segunda é que no PE se faz uso mais "regular" da co-referencialidade para com o objeto, 4,7% (PE); e uma terceira que no PB é possível co-referencia para com o tópico na mesma estrutura, fenômeno não registrado no PE.

Tabela 7: Co-Referencialidade do Sujeito Vazio de Infinitivo

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Com o Suj.	302	95,3	407	98,6
Com o Obj.	15	4,7	"	"
Com o Tóp..	--	--	06	1,4
Total	317	100	413	100

Esse resultado mostra que o PB apresenta algum mecanismo especial de referenciação e co-referencialidade, possivelmente associado a propriedades estruturais de suas orações, ou quanto à natureza da categoria vazia sujeito das orações infinitivas.

### 3.6.8- Presença de Preposição no Início da Oração de Infinitivo:

Essa variável registra: 1- presença de preposição no início da oração de infinitivo, ex.: "...eu não me recordo de ter visto assim...viadutos..." (PB160). 2- não presença da preposição no início da oração de infinitivo. ex. "...eu acho que o pessoal é mais ...já é viciado ir ao cinema ne?" (PB281).

A hipótese de trabalho é que as preposições introduzindo as orações de infinitivo são de natureza diferente no PE e no PB.

A Tabela 8 mostra há maior frequência de presença da preposição nos registros do PE, 50,0% contra 40,71% para o PB.

Tabela 8: Presença de Preposição no Início da Oração de Infinitivo

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Com Prep.	229	50,0	182	40,7
Sem Prep.	230	50,0	328	59,3
Total	459	100	510	100

Por outro lado, observa-se que, enquanto as frequências de construções com preposição e sem preposição no PE são praticamente equivalentes (Tabela 8), no PB se registra uma tendência maior para estruturas sem preposição a introduzir a oração de infinitivo, 59,3%. Esse resultado, contudo, deve ser contrastado com o do Gráfico (3) para se ver a distribuição das

mesmas fora do contexto de auxiliar. Esse gráfico mostra que 51% de orações de infinitivo no PB foram subcategorizada por auxiliar, ou seja, em contexto "pouco favorável" para presença de preposição, contra 37% para o PE.

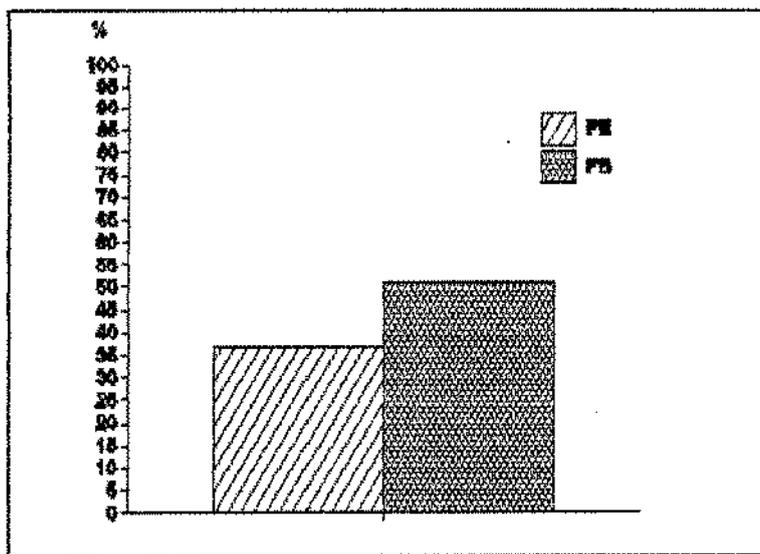


Gráfico 3: Subcategorização por Auxiliar no PB e no PE.

Ao mesmo tempo que a subcategorização por preposição é de 32,4% no PE, contra 12,4% no PB (Tabela 11), o Gráfico (4) mostra que no PB um maior número de sujeito realizado ocorre em estrutura introduzida por preposição, 6% contra 3% do PE. Mas, no PB se usa mais da preposição quando a seleção se faz em contexto de não auxiliar ou quando a mesma não é subcategorizadora.

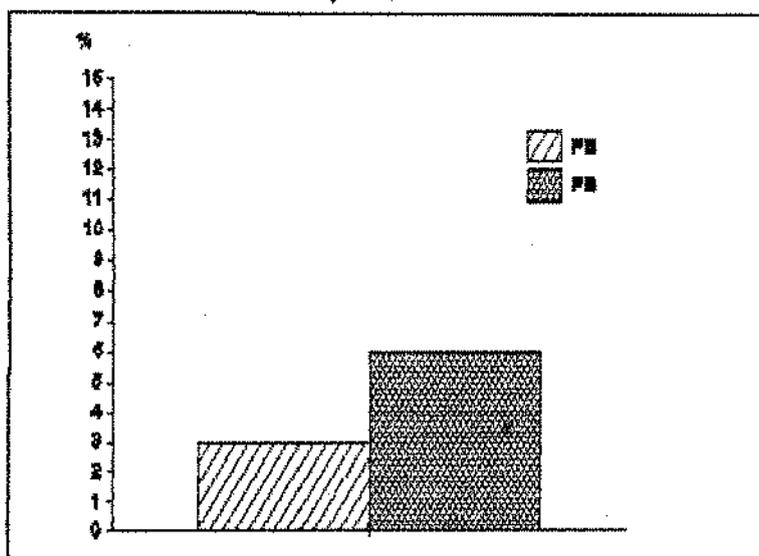


Gráfico 4: Realização do Sujeito em Estrutura Subcategorizada por Preposição

### 3.6.9- Função Sintática da Oração de Infinitivo:

Essa variável contém 1- oração sujeito, ex.: "...é um espanto depois ver por exemplo as figuras que ele escolhe..." (PE080), 2- complemento objeto direto, ex.: "...chamei o médico ele...não quis vir em casa..." (PB252), 3- complemento objeto indireto, ex.: "...ele não se decidia a apanhar de vez..." (PE194), 4- complemento nominal, ex.: "...são capazes de escrever muito muito bem..." (PE290), 5- adjunto adverbial, ex.: "...nós vamos ao cinema para distrair..." (PB281), 6- adjunto adnominal, ex.: "...eu fui o primeiro a sair..." (PE236), 7- aposto, ex.: "...isto pareceu-me extremamente injusto: sermos masoquistas, sádicos..." (PE455) e 8- predicativo, ex.: "...eu não tenho muito contato a gente é mais de ler..." (PB288).

A hipótese de trabalho é que no PB é maior a incidência de

realização do sujeito em estruturas não selecionadas por verbo ou por preposição. Deriva da hipótese teórica de que as estruturas de infinitivo são "auto-suficientes" para regência e atribuição de Caso, que o Caso é atribuído por AGR e que AGR é licenciado pelo Tempo no PB.

Foram observadas orações de infinitivo com diversas funções sintáticas, sobretudo de objeto direto e adjunto adverbial, no PB e no PE (Tabela 9).

Tabela 9: Função Sintática da Oração de Infinitivo

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Sujeito	25	5,4	08	1,6
Obj. Dir.	181	39,4	314	61,6
Obj. Ind.	71	15,5	29	5,7
Compl. Nom.	33	7,2	57	11,2
Adj. Adn.	27	5,9	21	4,1
Adj. adv.	111	24,2	74	14,5
Aposto	07	1,5	02	0,3
Predicativo	04	0,9	05	0,1
Total	459	100	510	100

No PB se apresentou mais orações objeto direto, 61,6% contra 39,4% do PE. Para as adverbiais, um patamar maior vem no PE, 24,2% contra 14,5% do PB. No PE se supera também quanto às

objetivas indiretas, 15,5% contra 5,7%; sujeito, 5,4% contra 1,6% e adjunto adnominal, 5,9% contra 4,1%. No PB se supera nas completivas nominais, 11,2% contra 7,2%. Já para as predicativas os valores foram praticamente equivalentes, 1,0% contra 0,9% para o PB; O PB registra 0,3% de apositivas, modalidade da qual o PE tem 1,5%.

Os índices para realização do sujeito nessas orações, também variaram. No PB se apresentou mais recorrência de realizações em orações: 1- complemento nominal, 7,0% contra nenhuma realização no PE; 2- sujeito, 62,5% contra 12,0% no PE; e adjunto adverbial, 9,5% contra 5,4% no mesmo sentido (Tabela 10).

Tabela 10: Realização do Sujeito em Função da Função Sintática da Oração de Infinitivo

Fator	Número	PE		Número	PB	
		Aplicação	%		Aplicação	%
Sujeito	25	03	12,0	08	05	62,5
Obj. Dir.	181	05	2,8	314	06	2,2
Obj. Ind.	71	01	1,4	29	--	--
Compl. Nom.	33	--	--	57	04	7,0
Adj. Adn.	27	03	11,1	21	02	9,5
Adj. adv.	111	06	5,4	74	07	9,5
Aposto	07	--	--	02	02	50,0
Predicativo	04	01	25,0	05	01	20,0
Total	459	19	--	510	27	--

No PE se apresenta índices maiores nos demais tipos de oração, com excessão das apositivas, tipo em que não ocorreu realização do sujeito.

### 3.6.10- Subcategorizadores da Oração de Infinitivo:

Envolve distinção entre 1- Verbo, 2- Nome, 3- Preposição e 4- Advérbio. Os verbos são classificados em a- causativos, ex.: "mandar", "resolver" etc; b- factivos, ex.: "desvalorizar", "ajudar", "aproveitar" etc; c- epistêmicos, ex.: "saber", "imaginar" etc; d- declarativos, ex.: "falar", "dizer" etc; e- volitivos ex.: "querer", "preferir" etc; f- perceptivos, ex.: "ouvir", "ver", "sentir" etc. Além disso são classificados pela sua função de auxiliar como a- aspectual, ex.: "permanecer", "continuar" etc; b- modal, ex.: "poder", "dever", "deixar", "ir" etc; e c- temporal, ex.: "ir", "haver", "ter" etc; e de algamento, ex.: "parecer" etc. Os nomes se subdividem em a- "nomes" mesmo, ex.: "vontade", "facilidade" etc; e b- "adjetivos", ex.: "facil", "difícil", "grande" etc. Orações sujeito foram consideradas não subcategorizadas, não estão, portanto, arroladas aqui. A variável enfoca as propriedades de subcategorização de cada categoria.

A hipótese de trabalho é que a realização do sujeito de infinitivo é mais independente das propriedades de subcategorização da oração matriz. Deriva da hipótese teórica de que AGR, é licenciado dentro da própria oração de infinitivo, e

licencia o sujeito de infinitivo, daí porque independe de subcategorizado em particular.

A Tabela 11 mostra os valores relativos a subcategorização para cada tipo de selecionador da oração de infinitivo.

Tabela 11: Subcategorizadores da Oração de Infinitivo

Fator	PE		PB	
	Número	%	Número	%
Causativo	04	0,9	06	1,2
Factivo	09	2,1	04	0,8
Declarativo	07	1,6	16	3,2
Epistêmico	04	0,9	15	3,0
Volitivo	28	6,5	45	9,0
Perceptivo	01	0,2	04	0,8
Modal	154	35,6	256	51,0
Aspectual	12	2,8	01	0,2
Temporal	01	0,2	08	1,6
Nome	47	10,9	64	12,7
Adjetivo	10	2,3	06	1,2
Preposição	148	34,2	74	14,7
Advérbio	08	1,9	04	0,8
<b>Total</b>	<b>433</b>	<b>100</b>	<b>502</b>	<b>100</b>

Vê-se que no PB se apresenta um maior índice de seleção por verbos modais, 51,0% contra 35,6% do PE; epistêmicos,

3,0% contra 0,9%; volitivos, 9,0% contra 6,5%; perceptivos, 0,8% contra 0,2%; declarativos, 3,2% contra 1,7%; causativos, 1,2% contra 0,9%; e temporais, 1,6% contra 0,2%, e por nomes, 12,7% contra 10,9%. No PE, se apresenta um maior índice de seleção por preposição, 34,2% contra 14,7% no PB; por aspectuais, 2,8% contra 0,2%; por adjetivos, 2,3% contra 1,2%, por advérbios, 1,9% contra 0,8%, e por factivos, 2,1% contra 0,8%.

Destaca-se no PB o grande número de subcategorização por modais, 256 no (PB) contra 154 no (PE), e no PE a subcategorização por preposições, 148 no (PE) e 74 no (PB). Enquanto no PE, para um número aproximadamente igual de subcategorização por modal e por preposição (154 e 148, respectivamente), que apresentam as porcentagens aproximadas (35,6% e 34,2%), no PB há diferença com relação a esses dois resultados: o índice é maior para o modal (51,0%) e menor para a preposição (14,7%).

A diferença de valores para a subcategorização parece distribuída e compensada no PB na subcategorização por nomes e por verbos não auxiliares (factivos, epistêmicos, volitivos e perceptivos). No PE essa subcategorização é compensada pelo advérbio, pelo adjetivo, pelo declarativo e pelos auxiliares, aspectual e temporal.

A Tabela 12, por outro lado, mostra o número de realizações do sujeito de infinitivo em cada tipo de seleção. Não foram consideradas as orações sujeito em função do seu caráter de argumento externo, portanto não subcategorizadas:

Tabela 12: Realização do Sujeito de Infinitivo em Função do Subcategorizador

Fator	PE			PB		
	Número	Aplicação	%	Número	Aplicação	%
Causativo	04	01	25,0	06	01	16,7
Factivo	09	02	22,2	04	01	25,0
Declarativo	07	04	57,1	16	03	18,7
Epistémico	04	--	--	15	02	13,3
Volitivo	28	--	--	45	--	--
Perceptivo	01	--	--	04	--	--
Modal	154	--	--	256	--	--
Aspectual	12	--	--	01	--	--
Temporal	01	01	100	08	--	--
Nome	47	--	--	64	05	7,8
Adjetivo	10	--	--	06	01	16,7
Preposição	148	06	4,0	74	05	6,6
Advérbio	08	02	25,0	04	03	75,0
Total	433	16	--	502	22	--

Destaca-se que a maior percentagem de realização do sujeito no PB ocorre com seleção feita por nomes, advérbios, adjetivos e por preposição, e, de modo geral, por verbo não auxiliar. No PE uma maior percentagem se concentra nos verbos factivos e declarativos. Ou seja, o PB parece conter um domínio de realização do sujeito mais "amplo", o que certamente se relaciona com propriedades estruturais de sua oração.

## Capítulo 4

### Análise Paramétrica do Infinitivo no Português do Brasil e no Português Europeu:

#### 4.1- Introdução:

Neste trabalho, partindo da colocação geral que o português do Brasil (PB) difere gramaticalmente do português europeu (PE) (GALVES, 1987), procura-se demonstrar essa diferença no emprego do infinitivo pessoal. Assume-se que existe uma variação paramétrica entre os dois dialetos detectável quantitativa e qualitativamente. O parâmetro em análise é a "Força" de AGR. O PB possui AGR "Fraco" (GALVES, 1991). A tese que se coloca é que o AGR "Fraco" do PB imprime uma configuração particular de suas orações, tal que para essa configuração as orações de infinitivo possuem um regente e atribuidor de Caso para o seu sujeito. Como consequência, a categoria vazia sujeito

de infinitivo no PB, regida e com Caso, não é "PRO".

O instrumento de análise é a realização do sujeito de infinitivo juntamente com a presença de morfema de flexão no verbo. A hipótese que se tem é que AGR "Fraco" do PB desencadeia -ou está associado a- um conjunto de reorganizações da estrutura da oração do dialeto, associadas a essa sua condição.

A discussão se concentra em quatro itens:

- 1- A "Força" de AGR no PB.
- 2- A Estrutura de Infinitivo e a Auto-suficiência.
- 3- O Sujeito Nulo de Infinitivo no PB.

Ver-se-á como a reorganização da gramática está se processando, tendo em vista a variação na "Força" de AGR, como cada um dos itens acima se vincula ao parâmetro "Força" de AGR, e como este é caracterizado [-Forte] no PB.

Os resultados devem ser tomados em conjunto para caracterização da variação paramétrica. Isoladamente cada variável, ou cada área, pode estar refletindo, a nível particular, marcas de um processo unitário de variação.

#### **4.2- AGR "Fraco" e o Parâmetro Pro-drop:**

##### **4.2.1- Introdução:**

GALVES (1991) coloca que o elemento concordância (AGR)

no PB é "Fraco". Uma concordância fraca é definida como aquela "...que não contém pessoa, ou contém pessoa como um traço puramente sintático". (GALVES, 1993: 395). No PB, isso se manifesta no sistema de flexão verbal onde não se encontra a oposição 1ª, 2ª e 3ª pessoa, mas apenas a oposição binária de pessoa (+ pessoa, a 1ª), (- pessoa, a 3ª), e de plural (+ plural, o plural mesmo), (- plural, o singular), de acordo com (1):

- (1) + pessoa/- plural > -o (canto)  
 + pessoa/+ plural > -mos (cantamos)  
 - pessoa/+ plural > -m (cantam)  
 - pessoa/ -plural > -Ø (canta)

Semanticamente, a fraqueza da concordância se manifesta como a possibilidade de a 3ª pessoa do singular ter uma interpretação indeterminada (2).

- (2) a- Vive bem aqui.  
 b- Precisa de vendedores.  
 c- Aceita entulhos.

#### 4.2.2- O Sistema Flexional:

Duas conclusões parecem encaminhadas com relação ao sistema flexional: uma diz respeito a como o sistema é empregado na língua, outra a como a concordância sobrevive na mesma. A

respeito, observa-se que:

**A- Há redução do quadro de morfemas da língua.**

Das 969 ocorrências do infinitivo no PB e no PE, com 28 materializações de morfemas de flexão, foram registrados apenas morfemas de 1ª e 3ª pessoa do plural Ex.: "...pareceu-me é que... talvez seja...muito complexo nós querermos atingir uma solução no fim." (PE455); "...São Paulo...não está...evoluindo...apesar de também os filmes passarem tanto na televisão..." (PB285).

A não realização de morfemas de 2ª pessoa, do singular ou plural, sua não realização foi "escolha" do falante. Vê-se isso no fato de que ocorreram várias construções em que sua presença era possível, por se tratar de 2ª pessoa gramatical, no entanto o falante não recorreu às formas pronominais "tu" e "vós" Ex.: "...não sei se estou entendendo direito o que você quer falar..." (PB288). Como neste caso, foram observados vários contextos onde a forma caberia ocorrer, no entanto o falante optou pelas formas pronominais: "você", ao invés de "tu". Esse resultado mostra parece haver uma tendência para a não realização do morfema "-es" de 2ª pessoa, o que de acordo com a hipótese indica haver redução do quadro de morfemas da língua. Observou-se, porém, que o PE apresentou resultados iguais quanto a esse emprego. Esse fato, no entanto, pode ser atribuído ao tipo de discurso (entrevistas que envolvem mais narração e descrição que

diálogo o que não favorece a presença de 2ª Pessoa gramatical).

Reforçando a colocação de que está havendo redução do quadro de morfemas no PB está o fato de que no sul do país (estado do Rio Grande do Sul) o sistema pronominal sobrevive com emprego do pronome "tu" Ex.: "...Os pães vêm cedo, mas, se tu reclamar o homen não diz nada..." (ouvido de um professor de segundo grau, oriundo do estado do Rio Grande do Sul, em Campinas, 01/93); "Acho o que tu procurava?", "Antes de tu comprar a passagem tu olha o pacote de turismo." (ouvidas de universitário oriundo do Rio Grande do Sul, em Campinas, em 25/10/93). Apesar do emprego do pronome "tu", a forma verbal vem com morfema de 3ª pessoa, o que é, ao que parece, uma tendência generalizada naquela região. Isso mostra: 1- uma independência funcional do sistema flexional em relação ao sistema pronominal; 2- o sistema flexional sofre uma alteração "mais rápida" que o sistema pronominal; o novo sistema sobrevive, concomitante com formas do antigo sistema pronominal; 3- o sistema flexional exhibe tendência de perda da 2ª pessoa do singular e plural (conforme já comprovado para o restante na língua (PERINI, 1977; GALVES, 1987). Portanto, pelos dados confirma-se aqui a tendência de redução do quadro de morfemas de infinitivo agora detectado no emprego do infinitivo pessoal. Esse quadro se resume ao sistema ( $\emptyset$ , -mos, -em), que, em correspondência biunívoca com o sistema de pessoas gramaticais, é ( $\emptyset$ ,  $\emptyset$ ,  $\emptyset$ , -mos,  $\emptyset$ , -em).

**B- Há redução da frequência de materialização do morfema de flexão:**

Enquanto o PE apresenta equilíbrio quanto ao emprego de morfemas de 1ª e 3ª pessoas do plural, 50% de cada um, respectivamente, o PB apresenta apenas 25% de morfemas de 1ª pessoa e 75% de morfemas de 3ª pessoa. Esse contraste pode estar apontando para uma maior correlação sujeito lexical/Concordância no PB ou para o fato de que a categoria AGR tem propriedades diferentes nesse dialeto. Observa-se que o caráter [-Pessoa], marcando a forma morfológica de 3ª pessoa plural (3), pode estar sendo "compensada" pelo caráter [+Plural] no sentido de marcar a pessoalidade do infinitivo.

Observa-se que o sistema morfológico flexional do infinitivo, além de não registrar morfemas de 1ª e 3ª pessoa do singular, característica do sistema flexional geral do português, não realiza os morfemas de 2ª pessoa do singular e do plural, o que é representado em (3).

(3) (Ø, Ø, Ø, mos, Ø, em)

Relativamente ao sistema virtual (Ø, es, Ø, mos, es, em), (3) apresenta-se menos discriminativo. As oposições são as mesmas de (1), agora segundo a representação (4), ou seja, de pessoa (+ pessoa, 1ª pessoa), (- pessoa, 3ª pessoa), e de plural (+ plural, o plural mesmo), (- plural, o singular).

- (4) + pessoa/- plural > Ø (cantar)  
 + pessoa/+ plural > -mos (cantarmos)  
 - pessoa/+ plural > -em (cantarem)  
 - pessoa/ -plural > Ø (cantar)

O primeiro e o quarto par ordenado da oposição em (3), os de morfema "Ø", podem, na língua escrita ou oral, dar ensejo a ambiguidade na caracterização da pessoa. Por exemplo, em (5) a categoria vazia sujeito de infinitivo é co-indexada com "João" na língua escrita, pelo que a interpretação preferencial é a de (6a), no entanto, na língua oral a interpretação (6b) não é "estranha":

- (5) a- Sempre que o João me visita para [ ]  
 comprar relógios, gasta muito tempo aqui.
- (6) a- Sempre que o João me visita para [ele (o João)]  
 comprar relógios, gasta muito tempo aqui.  
 b- Sempre que o João me visita para [eu]  
 comprar relógios, gasta muito tempo aqui.  
 c- Sempre que o João me visita para [o gerente]  
 comprar relógios (para a loja), gasta muito  
 tempo aqui.

Na língua oral, a deficiência do sistema flexional parece ser suprimida pelo contexto situacional, ou pelo "tópico"

do discurso. Esse último, se presente no contexto lingüístico de inserção de (5), encaminha, também, a interpretação 6c.

Pode se dizer que, enquanto para a língua escrita, uma interpretação "preferencial" da correferencialidade da categoria vazia sujeito de infinitivo para com "João" desambigua o sentido, para a língua oral dois outros recursos são acionados: 1- a explicitação do sujeito, por realização fonológica; 2- a eleição de um tópico que pode estar no contexto lingüístico ou extra-lingüístico (situacional).

**C- Há aumento da freqüência de realização do sujeito em estruturas em que o morfema é materializado:**

Se se tem em vista que o português é uma língua Pro-drop justamente pela natureza de sua concordância verbal "rica", que permite explicitar o sujeito em número e pessoa, via concordância, --critério de TARALDSEN (1979) (apud. ROBERTS, 1993)-- é de se esperar acentuada tendência de redução de realização do sujeito em orações infinitivas junto com morfema de flexão materializado, isso porque o morfema se apresenta com a propriedade de "representar" o sujeito e esse, por outro lado, tende a ser não realizado.

Não é isso o que ocorre nas amostras do PB que, opostamente às do PE, apresentaram 75% de realização do sujeito junto com morfema de flexão realizado. O PE apresentou 12% para o mesmo fenômeno. Isso mostra, pelos dados, no PB se recorreu mais

a explicitar o elemento sujeito que no PE, mesmo em estrutura em que a concordância poderia fazê-lo. Logo a Concordância deve estar contribuindo para a realização do sujeito.

#### 4.2.3- O Parâmetro Pro-drop:

O Parâmetro Pro-drop ou Parâmetro do Sujeito Nulo (PSN), inicialmente vinculado ao sistema flexional, pode agora mais estreitamente ser relacionado com o parâmetro "Força" de AGR. Diz ROBERTS (1993): "Os trabalhos sobre o PSN sempre atribuíram à 'riqueza' da flexão verbal o papel central no licenciamento de sujeito nulos". A chave de tal comportamento é a possibilidade de recuperação das especificações de pessoa e número do pronome sujeito, pelos sufixos flexionais dos verbos, nos diversos tempos. Em (7) vai um exemplo:

(7)	1ª pessoa/sing. (Eu)	cant -o	cantar -Ø
	2ª pessoa/sing. (Tu)	cant -as	cantar -es
	3ª pessoa/sing. (Ele)	cant -a	cantar -Ø
	1ª pessoa/plur. (Nós)	cant -amos	cantar -mos
	2ª pessoa/plur. (Vos)	cant -ais	cantar -es
	3ª pessoa/plur. (Eles)	cant -am	cantar -em

Para o infinitivo, os morfemas flexionais de um sistema "rico" são os da quarta coluna de (7). Posto que o mesmo sistema para o PB apresenta-se defectivo em relação às 2ª

pessoas, do singular e do plural: (Ø, Ø, Ø, mos, Ø, em) ou (Ø, Ø, mos, em), o sistema já não é então tão "rico" quanto o das diferenciações em (7). Como consequência, de acordo com as idéias estabelecidas de sua vinculação com o parâmetro do sujeito nulo, é menor o seu "poder" de recuperar a "pessoa" e "número" do elemento sujeito. Conseqüentemente, a explicitação ou realização desse pronome torna-se mais "premente" na estrutura da oração. Esta é, no entanto, apenas uma das formas de se ver as relações entre o sistema flexional e o parâmetro do sujeito nulo.

O caráter Pro-drop do dialeto torna-se menos evidente uma vez que há um ambiente em que tal propriedade poderia ter sido empregada, no entanto tal não acontece. Veja-se, por exemplo, a construção:

(8) "...é difícil nós estabelecermos uma distinção entre os museus..." (PB160).

Aqui o pronome "nós" é dispensável quanto à sua realização fonética. Isso é possível em função do caráter Pro-drop da língua que permite a recuperação referencial do sujeito via categoria vazia e morfema de número e pessoa no Verbo.

(9) "...é difícil [ ] estabelecermos uma distinção entre os museus..."

Ao que parece, o infinitivo do PB está refletindo o

quadro geral do sistema verbal da língua com perda do parâmetro Pro-drop. Há uma substituição da categoria vazia por sua realização lexical, e o licenciamento da mesma por AGR "Fraco".

#### 4.3- As Estruturas da Oração de Infinitivo no Português do Brasil e a Auto-suficiência:

##### 4.3.1- Introdução:

Um resultado no sentido do exposto acima surge com relação à atribuição de Caso em estruturas com sujeito fonológico no PB. De acordo com os resultados, as ocorrências de materialização de morfemas de flexão foram, em sua maioria, acompanhadas de realização do sujeito de infinitivo (10). AGR nesse caso estaria licenciando o sujeito lexical, atribuindo-lhe o devido Caso nominativo.

(10) a- "...é difícil nós estabelecermos uma distinção entre os museus..." (PB160)

b- "...eu fiquei com vontade tremenda de mandar meus filhos estudarem em Londres..." (PB160)

c- "...apesar de também os filmes passarem tanto na televisão..." (PB281)

A realização do sujeito em a, b e c, de acordo com a colocação acima, parece sugerir que AGR está presente como o

licenciador dessa categoria na oração. Por outro lado, é indício de que o preenchimento da categoria está se fazendo por uma tendência para esse preenchimento, por alguma estratégia que favorece essa realização. Se a Concordância é que licencia o sujeito (e por isso sua realização), em contra partida sua não realização como categoria vazia ou pronome nulo indica que essa possibilidade foi preterida quando poderia ter sido ativada. É um indício de que há recursos que favorecem a realização do sujeito e que, principalmente, desencadeia a perda do parâmetro Pro-drop. Ao que parece a perda desse parâmetro está associada à propriedade de licenciamento do sujeito nulo pela Concordância.

A respeito há de se observar que em certos dialetos do PB, vê-se claramente que AGR "Fraco" licencia um sujeito, mesmo sem morfema materializado. é o caso das estruturas (11a) e (11b) em que não há nenhuma marca de Concordância, mas há infinitivo pessoal:

(11) a- "Manuel deixou as cartas pr' eles entregar no correio"

b- "é difícil nós dar essa informação".

c- "Eu quis mandar as meninas sair cedo, mas não deu"

Isso vai ser explicado, seguindo a linha de análise de RAPOSO (1987), pelo fato de AGR ser ele mesmo licenciado por um outro elemento.

Na atribuição de Caso nominativo por AGR a elementos

lexicais no PB, a presença da Preposição "P", quer explícita (10c) e (10d) quer implícita (10a), se faz notar. De acordo com MOREIRA da SILVA (1983), e sobre a "auto-suficiência" das orações de infinitivo no PB, fica a impressão que essa categoria pode estar co-operando com AGR para essa atribuição (11a, por exemplo), mas, talvez se possa levantar também a hipótese de que há um AGR nulo no PB (sem realização fonética) que atribue nominativo.

A auto-suficiência das orações de infinitivo é a propriedade que essas orações possuem de conterem nelas próprias o regente e atribuidor de Caso para o seu sujeito. Em construções com o infinitivo flexionado do PE o atribuidor de Caso é Infl/[+AGR]. Em alguns casos (RAPOSO, 1987) esse elemento se desloca para o núcleo de Comp, onde um regente externo e atribuidor de Caso atribue Caso a ele, e de onde o AGR, por sua vez, sob a condição de ter recebido Caso, atribui nominativo ao sujeito de infinitivo. A idéia de "auto-suficiência" das construções de infinitivo do PB é que o atribuidor de Caso é interno à própria estrutura CP da oração.

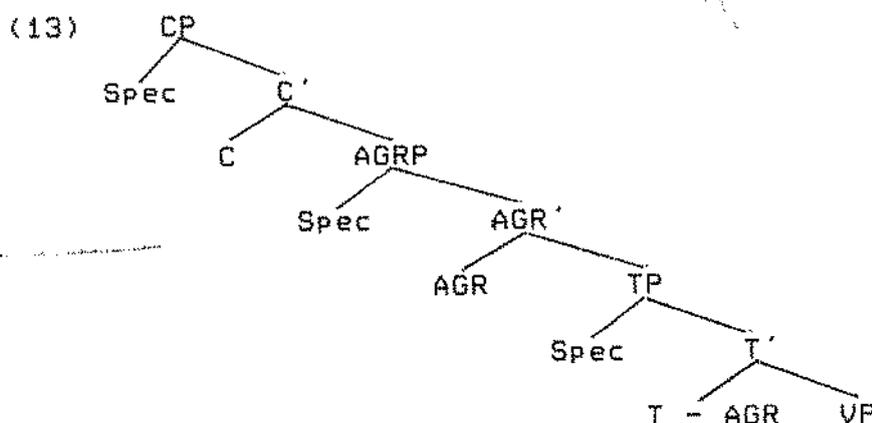
A primeira consideração a se fazer é que construções como (12) mostram a possibilidade da existência de uma preposição na estrutura de infinitivo, de forma explícita (12b) e (12c) ou implícita (12a).

- (12) a- "...é difícil (de) nós estabelecermos uma distinção entre os museus..." (PB160)
- b- "...apesar de também os filmes passarem tanto na televisão..." (PB281)
- c- "...eu acho que porisso que as mulheres partem, entenderam, pra serem advogadas, engenheras arquitetas..." (PB288)

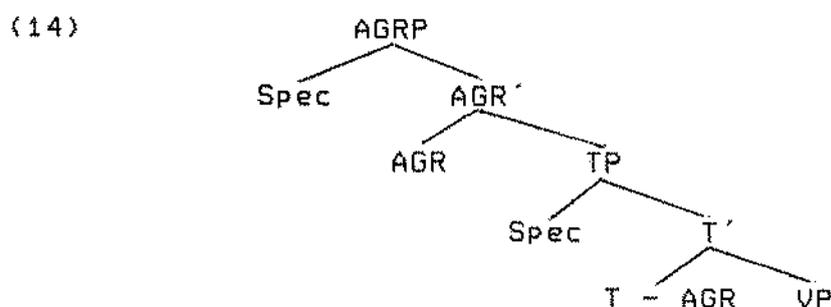
A presença de preposição deve ser levada em consideração na definição configuracional das orações matrizes e subordinadas de infinitivo.

#### 4.3.2- As Estruturas de Infinitivo no PB:

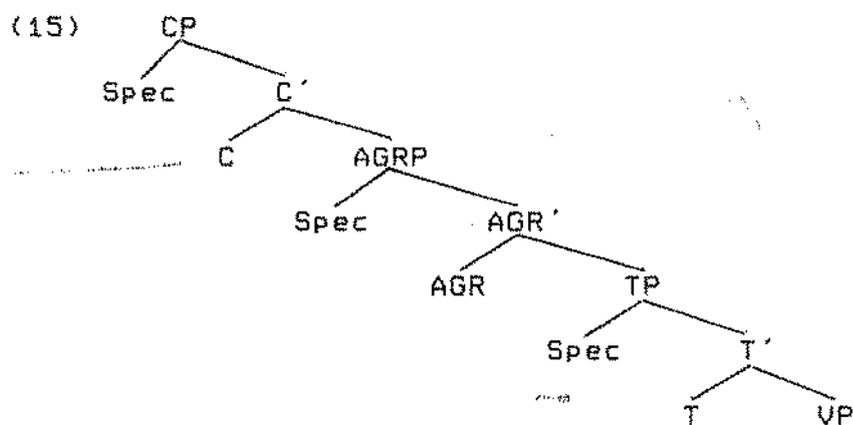
A estrutura das orações finitas proposta por GALVES (1991) para o PB é representada em (13).



Na representação, a subestrutura (14) envolve a proposta de que o morfema de concordância [Fraca] não é gerado em um núcleo independente, mas como um afixo a T:



A representação 14, associada à existência de uma projeção AGR acima de TP (13) (o tópico, que se discutirá mais adiante), implica ter havido uma reorganização da estrutura da oração, possivelmente a partir da configuração (15). Essa é uma estrutura com AGR [+Forte], que pode ter sido matriz inicial da estrutura (13) do PB.



Propõe-se aqui que nas orações de infinitivo do PB o

verbo se desloca para a posição mais alta de AGR onde o morfema de Concordância pode ser licenciada e pode atribuir nominativo ao sujeito. O sujeito se realiza, portanto, em Spec de AGR. O movimento do verbo é feito possivelmente para que AGR seja licenciado por "Tempo", no caso o Tempo em Comp.

Mais abaixo, serão apresentados argumentos para a hipótese de que as orações de infinitivo não flexionado têm a mesma estrutura, com um AGR abstrato (não realizado lexicalmente).

#### 4.3.3- A Preposição nas Estruturas de Infinitivo do Português do Brasil:

Assumindo a configuração (13) para as orações finitas do PB, a tarefa que se tem é explicitar onde e como se inserir essa categoria lexical no contexto da oração. Uma primeira observação vem da comparação do uso da preposição "para" e das demais preposições do português, essas aqui representadas por "de". Observa-se que (16a) e (17a) são gramaticais, e (17b) é agramatical no PB:

(16) a- Isso é para mim fazer.

b- Isso é para eu fazer.

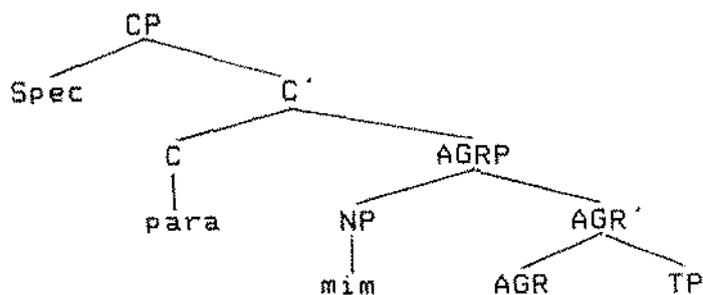
(17) a- Isso é fácil de eu fazer.

b- \*Isso é fácil de mim fazer.

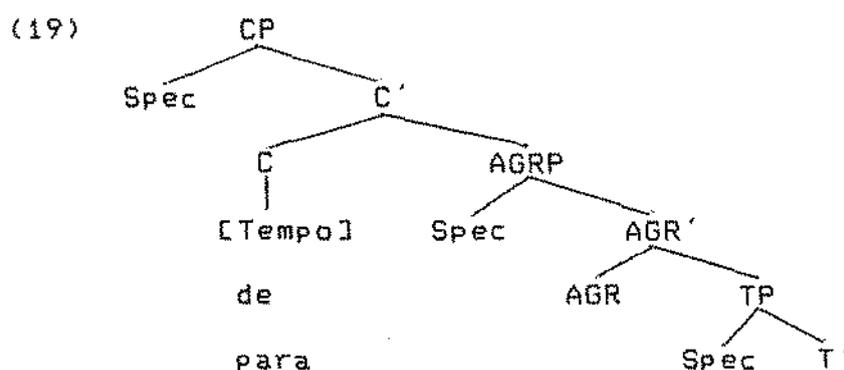
Uma maneira de interpretar o fenômeno é dizer que em (16a) o pronome "mim" recebe Caso oblíquo da preposição. Em (16b), opostamente, o pronome "eu" recebe Caso nominativo, por isso é sujeito de infinitivo. Pergunta-se: de onde vêm esses Casos e como são eles atribuídos? Observando (17a) vê-se a preposição "de" antecede o NP que precede o verbo de infinitivo (NP que recebe Caso nominativo). Em (17b) a mesma preposição é incapaz de atribuir Caso oblíquo. Faz-se então uma distinção: em (17a), "de" participa de uma estrutura em que "eu" recebe nominativo, seguido do verbo de infinitivo, ao passo que em (17b) não pode atribuir Caso oblíquo. Admite-se, então, que a origem desse fenômeno está na posição estrutural ocupada pela preposição "de". Esse efeito não é manifestado pela preposição "para" (16).

Admitindo a representação oracional (13) para as sentenças do PB, parece que a posição da preposição pode ser determinada em função dessa sua propriedade de subcategorização: se a preposição rege a posição de sujeito como categoria "lexical", atribue Caso oblíquo a essa posição (por exemplo, a posição é preenchida pela forma morfológica de Caso oblíquo "mim"). Isso se dá de acordo com a representação (18), é o caso da preposição "para":

(18)



Se a preposição rege a posição de sujeito de infinitivo como categoria "funcional", como Comp, então atribue caso nominativo ao NP em Spec de AGR (16b) e (17b). Nesse caso ela se encontra realizando o próprio Comp, realizando o Tempo em Comp. é o caso da preposição "de", mas também alguns casos da preposição "para":



Outra forma de se interpretar o fenômeno da subcategorização da preposição nas estruturas acima é ver que na configuração (29) pode-se admitir que o NP "mim" está alojado em Spec AGRP recebendo também nominativo. Nesse caso, hipótese que não se vai estender aqui, o nominativo estaria sendo atribuído a um NP cuja forma morfológica marca caso oblíquo, não obstante verificar funcionalmente Caso nominativo. Tal interpretação implica em apontar para um anulamento da marcação morfológica de Caso no PB, ou que o Caso passa a ser atribuído mediante identidade "funcional", e não mais "formal" do elemento léxico. Se é isso o que acontece, o PB ruma na direção da "perda da marcação de Caso na morfologia". A respeito, veja-se também o

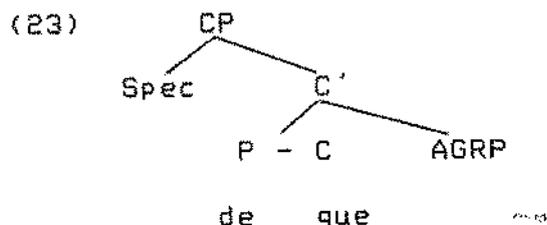
emprego das formas morfológicas "eu", "ele" e "mim" como complemento verbal.

(20) "Ele entregou o livro pr'eu ontem".

(21) "São iscas que ele põe elas no anzol".

(22) "Meu marido ganha um mil a mais que mim".

A presença da preposição em C (19) se explica a partir da gramaticalidade de (23), onde é possível ter-se a um só tempo preposição e complementizador, ao que parece como uma unidade funcional:



Também para casos de não materialização do morfema de flexão a presença da preposição se faz sentir (24)

(24) a- "É difícil (de) nós dar essa informação".

b- "Eu quis mandar as meninas (pra) sair cedo,  
mas não deu"

Sobre a presença da Preposição em Comp, pergunta-se: por qual motivo ela vem se instalar em C? A proposta é que a preposição nesse nóculo realiza o Tempo em C. A proposta de Tempo em C (STOWELL, 1981; PESETSKY, 1982 apud. VITRAL, 1987) aparece também em RAPOSO (1987), no caso para explicar que alguns falantes do PE aceitam, ainda que marginalmente, sentenças como (25):

(25) "O Manuel pensa os amigos terem levado o livro"

Nessa sentença, perfeitamente aceitável no PB, o Tempo em C, é realizado pelo auxiliar e não precisa ser lexicalizado pela subida desse como em PE no caso não marcado. O Tempo em C é um "operador" que, na consideração de RAPOSO, atribue Caso a AGR em Infl. Sua presença em C no PB permite explicar não só que (25) é gramatical nesse dialeto, como também que (26), onde há uma preposição, a estrutura se aproxima mais da língua oral:

(26) "O Manuel pensa ((em),(de)) os amigos terem levado o livro"

As relações de (27) (VITRAL, 1987: 103) trazem uma informação a respeito de a preposição introduzir Tempo em Comp.

- (27) 1- O tempo da subordinada subjuntiva é correlato com o tempo da oração principal.
- 2- A subordinada de infinitivo pode apresentar-se com sujeito lexical.

De acordo com (27), é possível se explicar a agramaticalidade de (28a) e de (28b):

- (28) a- João lamentou que Maria fosse à festa.  
b- João lamentou Maria ir à festa.

Em (28a) há Tempo na subordinada finita e o sujeito recebe caso de AGR. Veja-se no entanto (29). Nessa estrutura a preposição está introduzindo a oração. A preposição pode estar ali se se admitir que o "Tempo" em Comp é realizado por ela.

- (29) João lamentou de que Maria fosse à festa.

Também em (28b), há presença de uma preposição que, ao que parece, realiza o Tempo em Comp (30) da mesma forma que (29):

- (30) João lamentou de Maria ir à festa.

Pelo exposto, fica caracterizado que as orações de infinitivo com sujeito lexical no PB possuem um Comp caracterizado com [+Tempo]. O Tempo em Comp é dependente do Tempo

do verbo da oração matriz e a sua presença pode ser marcada por uma preposição. A preposição em Comp licença AGR e AGR licença o sujeito. Esse conjunto de relações que situam a "regência" e a "atribuição de Caso" ao sujeito de infinitivo no domínio da própria oração de infinitivo, corresponde ao mecanismo da "auto-suficiência" das orações de infinitivo do PB proposta por MOREIRA da SILVA (1983).

#### 4.4- O Sujeito Nulo de Infinitivo no PB:

##### 4.4.1- Introdução:

A interpretação do sujeito nulo de infinitivo envolve a referencialidade da categoria vazia sujeito, o tipo de categoria vazia sujeito e as propriedades da estrutura da oração de infinitivo.

A referencialidade da categoria vazia sujeito de infinitivo é uma propriedade decorrente da sua co-indexação com uma posição referencial no âmbito da oração matriz. Dois antecedentes são possíveis para essa co-indexação: o sujeito da oração principal e o objeto da oração principal. Pelos dados, ficou constatada maior incidência desses tipos de referencialidade no PB, ou seja, referencialidade "controlada" e uma menor presença de referencialidade "arbitrária" (31). Foram registradas ainda, no PB, "estruturas" que permitem referência

para com o tópico (32), fenômeno não constatado no PE. Essas relações contribuem para a caracterização da categoria vazia sujeito de infinitivo.

(31) d- "...o que eu gosto muito do Rio Grande do Sul  
é o povo...e o modo de de [ ] viver..." (PB160)

(32) "...os restaurantes típicos é muito melhor de serem  
frequentados do que aqueles restaurantes célebres do  
centro Paris..." (PB178)

Surge, então, a questão de se determinar que estruturas comportam uma categoria vazia com tais propriedades (31) (32), ou que comportam o licenciamento da mesma sob regência nos casos de (33), ou seja, com infinitivo flexionado quando pode não haver controle.

(33) a- "...eu sou meio leiga pra [ ]i falarmos  
nisso..."

b- "[ ]i Comprei o livro com o [João]j para  
[ ]ij lermos".

c- "...o algodão que ele mandou [ ]i plantarem  
não foi plantado..."

Veja-se que as relações acima são estranhas à natureza de um elemento anafórico/pronominal (PRD) como sujeito de

infinitivo. Em especial quanto à possibilidade de o sujeito vazio de infinitivo estar co-indexado com um tópico (34).

- (34) a- "...os restaurantes típicos é muito melhor de serem frequentados do que aqueles restaurantes célebres do centro Paris..." (PB178)
- b- "...elas pra serem aprovadas tem que ser naturalmente assinadas por um engenheiro..." (PB288)
- c- "...o ambiente escolar eu acho que deve ser um ambiente bem limpo..." (PB288)

Em (a), "os restaurantes típicos" é um tópico. Veja-se que o sujeito do verbo "é" não tem o mesmo referente que esse NP. Já o sujeito do verbo flexionado está co-indexado com esse elemento, o que autoriza a co-referenciação.

Paralelamente às construções (34), que exibem uma estrutura de tópico há a possibilidade de co-indexação da categoria vazia sujeito de infinitivo com um elemento do contexto extra lingüístico (35) além de com o sujeito ou o objeto da oração matriz (36).

- (35) "...[ele]i ia todos os dias ao enfermeiro para [ ]i tomar comprimido..." (PB288)
- (36) "[Maria]i foi ao [médico]j para [ ]i ou j fazer exames..."

Esses fenômenos levam a se postular que essa categoria não é efetivamente um PRO, mas, possivelmente um "pro".

Veja-se agora que também um pronome lexical é cabível na estrutura (37), trata-se de um "pronome lembrete":

(37) "Maria foi ao médico para ele fazer exames (nela)...".

Para explicar os fenômenos acima pode-se tomar a representação estrutural (13) com o verbo de infinitivo realizado em AGR. Para (37), por exemplo, o NP âncora da referencialidade do sujeito de infinitivo é o NP sujeito da oração matriz. Na infinitiva esse NP aparece reproduzido como categoria vazia (35) (36), ou com "pronome lembrete" (37a) em Spec de AGR. A partir de uma tal caracterização dá-se conta do caráter referencial da categoria vazia sujeito e do "pronome lembrete" que às vezes se observa em posição sujeito de infinitivo nas estruturas.

#### 4.4.2- A Categoria Vazia Sujeito de Infinitivo no PB:

A categoria vazia sujeito de infinitivo não flexionado é geralmente considerada como PRO. Trata-se da anáfora pronominal (CHOMSKY, 1981) a ser co-indexada com um NP referencial da oração matriz para receber dele uma referencialidade (38).

(38) a- [Maria]<sub>i</sub> tenciona [PRO]<sub>i</sub> ir ao cinema  
pela manhã.

b- Maria autorizou [João]<sub>i</sub> a [PRO]<sub>i</sub> ir ao cinema.

O NP, ponto radial da referencialidade de PRO é, ou o sujeito da oração matriz (38a), ou o objeto da mesma (38b). As propriedades que vigoram na ligação de PRO ao seu antecedente são definidas pela Teoria do Controle. Essa teoria faz a estipulação que todo PRO ou está co-indexado com um NP da oração matriz (38) ou tem uma interpretação genérica, indeterminada (39).

(39) "Sair cedo é difícil"

O ambiente estrutural de controle é definido em (40):

(40) Ambiente de Controle:

...V...[CP (Comp)...[NP (PRO)]...]

onde: V é [+AGR]

V subcategoriza CP

V e CP se c-comandam mutuamente

A "regra de controle" diz que, no ambiente (40), se Comp está preenchido, e o verbo da oração matriz não tem associado um antecedente potencial para a referencialidade de PRO (o controlador), então a referência da anáfora pronominal é "livre" (39). Por outro lado, se Comp é nulo, ou o verbo da oração matriz tem um antecedente associado, subcategorizado ou não, esse elemento co-refere com o controlador mais próximo. O controlador

mais próximo é o NP que c-comanda CP; no caso, um NP imediatamente c-comandante está mais próximo que outro não c-comandante (38b).

Uma observação: na estrutura há de se distinguir se o verbo é de "Controle pelo Sujeito", ou seja, "se por suas propriedades lexicais, semânticas ou de subcategorização, aceita co-indexação de PRO apenas com seu sujeito" (38a). Tal relação interfere na "proximidade" do NP com o qual a co-indexação é feita, determinando co-indexação preferencial para com o NP sujeito. As relações descritas acima devem ser entendidas, então, como prevalecendo apenas em ambientes em que o verbo não é de "Controle pelo Sujeito" (38b).

As relações referenciais, se levando em consideração o preenchimento ou não da posição de Comp, dão origem nas estruturas de controle à referencialidade "arbitrária" (39); isso se Comp é vazio e falta antecedente. Por outro lado, se Comp está preenchido e o verbo é de "controle pelo sujeito", dão origem a uma referencialidade "obrigatória". Nesse último caso o antecedente é, efetivamente, o sujeito do verbo matriz. Na falta desse antecedente a referencialidade é "ancorada" no objeto. Há de se ver, no entanto, que mesmo que Comp esteja preenchido a falta do antecedente pode imprimir a PRO uma referencialidade arbitrária. Nesse caso tem-se a referenciação genérica, indeterminada, a mais imediata em (41).

(41) "Não é evidente como [PRO] resolver a questão"

O que se disse acima define as chamadas "Estruturas de Controle". São construções com infinitivo onde PRO tem uma interpretação "arbitrária" ou "obrigatória", em consonância com as propriedades lexicais do verbo matriz, propriedades de referenciação e de co-indexação, as quais definem o pronome anafórico.

Conforme se colocou, a anáfora pronominal (PRO) é sujeito de infinitivo. No português, no entanto, dado à flexão da forma verbal, acrescenta-se: PRO é sujeito de infinitivo não flexionado. Como sujeito dessa categoria, a posição estrutural que ocupa tem as seguintes propriedades:

(42) Propriedades da Posição Ocupada por PRO:

- a- Não é regida
- b- é uma Posição-0
- c- é uma posição com referência controlada ou arbitrária

A Propriedade (a) decorre da natureza [+ anáfora, + pronome] de PRO. A categoria de regência define o domínio onde a anáfora deve estar ligada a um antecedente, e o pronome estar livre. Para o caso de PRO, pela sua natureza de anáfora e de pronome, esses domínios devem coincidir. Isso cria um impasse operacional. A posição ocupada por PRO deve ser não regida para fugir desse impasse.

A propriedade "b" decorre, em primeira instância, do

"Princípio de Projeção" que determina que a estrutura argumental dos itens lexicais determinam diretamente a estrutura sintática; em um segundo momento, considera-se que as estruturas-D são projetadas do léxico, ou seja, definidas pelas propriedades temáticas e de subcategorização dos itens lexicais. Portanto, a posição de sujeito de infinitivo, como uma tal projeção, tem associada a si um papel- $\emptyset$  independente.

A propriedade "c" decorre das propriedades lexicais do verbo matriz, propriedades de subcategorização e propriedades de estrutura da oração, isso porque o antecedente de PRO deve comandá-lo.

Resumindo: a anáfora pronominal (PRO) tem as propriedades:

- (43)
- a- Não é regida.
  - b- Pode não ter antecedente.
  - c- O antecedente (quando tem) tem papel- $\emptyset$  independente.

Esse conjunto de relações e propriedades é válido no PE para a questão do Controle e para o preenchimento da categoria vazia sujeito de infinitivo não flexionado por PRO. Para o PB, no entanto, parece não ser satisfeito. Veja-se o que se segue:

#### 4.4.3- O Ambiente de Controle:

Conforme definido em (46), existe entre o verbo da oração matriz e a oração subordinada de infinitivo uma posição C, de Comp, que pode estar vazia ou preenchida. De acordo com a teoria, se Comp está preenchido e o verbo da oração matriz não tem associado um antecedente para co-referir com PRO, então a referência desse elemento é arbitrária; é o que mostra o exemplo (44):

(44) "Não é evidente como [PRO] resolver a questão".

Nessa sentença, em que Comp está preenchido por "como", o verbo matriz (ser) não encaminha controle pelo sujeito. Enquanto no PE a categoria vazia sujeito de infinitivo recebe interpretação genérica, indeterminada (de acordo com a teoria), identificando na estrutura um PRO, no PB a interpretação pode ser de co-referente com um elemento fora do contexto da oração matriz (45).

(45) "Não é evidente como [ele] resolver a questão".

Efetivamente, se se estiver a falar, por exemplo, de "alguém que tem um problema qualquer a resolver", é possível se interpretar (44) como (45), em que "ele" é a "pessoa que deve solucionar a questão". Conseqüentemente, em (44) a categoria vazia sujeito de infinitivo não é o PRO, mas sim um elemento que pode estar co-indexado com um "referente" fora do domínio da CP matriz que

contém a oração em que ocorre.

Observa-se que a interpretação genérica é, no entanto, também possível em (44), mas, no caso com tal interpretação parece ser mais comum a construção (46)

(46) "Não é evidente como se resolver a questão"

Em (46), a introdução do item "se" garante a interpretação genérica e indeterminada no PB, o que no PE é feito com a própria categoria vazia. A análise que se faz desse fenômeno é que: uma vez que o PB não "garante" uma interpretação genérica num contexto próprio (típico) de PRO esse dialeto possui alguma particularidade estrutural, ou com relação à identidade de sua categoria vazia sujeito de infinitivo, que gera tal efeito. Essa particularidade parece ser a "assimilação" estrutural do "se" como "marcador de indeterminação". O "se", ao que parece, passa a integrar o conjunto de recursos na estrutura da oração porque essa já não recepciona a anáfora pronominal (PRO). Isso tem como efeito a "definição" da não impessoalidade do verbo no PB, ou que sua impessoalidade, de outra forma, é marcada pelo "se". Espera-se, pois, uso mais generalizado do "se" como forma de produzir a interpretação genérica e de se indeterminar o sujeito no dialeto, fenômeno que, efetivamente, se pode observar. Nas estruturas de infinitivo, o efeito dessa tendência estaria se aproximando do que acontece no restante da língua.

Frente a esse quadro de realização da categoria vazia

sujeito de infinitivo no PB confirma-se aqui, a mesma, conforme visto nas estruturas de subcategorização, não deve ser de fato a anáfora pronominal (PRO); primeiro porque as propriedades de co-indexação da categoria sujeito que se observa na oração de infinitivo do PB inviabilizam essa categoria na estrutura; segundo porque a indeterminação gerada em estruturas de PRO, no PB tendem a ser substituídas por uma em que o "se" é que garante essa interpretação.

Com relação às estruturas com um Comp nulo, relações semelhantes parecem ocorrer. Há dois casos a se distinguir: se o verbo é de Controle pelo sujeito, ou se não (posto pela Teoria do Controle); e qual o controlador mais próximo para a categoria vazia sujeito.

Mesmo com "Verbos de Controle pelo sujeito", conforme visto em (45), para o PB uma co-indexação obrigatória da categoria vazia sujeito de infinitivo para com o sujeito da oração principal não parece existir. O que se pode dizer é que existe uma "interpretação preferencial", mais "imediate", vinda dessa co-indexação, isso no caso de a estrutura da oração ou sentença aparecer isolada. Inserida em um contexto discursivo ou situacional, que é onde as sentenças normalmente ocorrem, existe sempre um elemento fora da estrutura passível de ser co-indexado com a categoria vazia sujeito. Desse fato, conclui-se que a mesma não pode ser PRO, a anáfora pronominal, dado às propriedades do ambiente em que ocorre.

Apenas uma observação: no contexto (45), agora que o

Comp está vazio, a inserção de um "se", fato que no caso de um Comp preenchido e de não controle pelo sujeito dá origem a uma interpretação indeterminada ou reflexiva, nesse contexto, a inserção de um "se" coincide agora com a interpretação indeterminada (47a), ou reflexiva (47b):

(47) a- Maria decidiu se ir embora so pela  
manhã. (PB)

b- [Maria]i decidiu [se]i ir embora só pela  
manhã. (PB)

Na construção (47a), a interpretação indeterminada existe no PB para o contexto, por exemplo, de "Maria estar incumbida de decidir para um grupo de pessoas a ocasião de ida ao cinema". Em (47b) a interpretação é de que "Maria" toma a decisão para si mesma de "ela", a Maria, ir ao cinema em determinada ocasião.

Face a (47) no PB, reafirma-se aqui a natureza estranha à de PRO da categoria vazia sujeito de infinitivo no dialeto. O "se" aparece agora em (47a) no contexto de "Controle Obrigatório" pelo Sujeito" (segundo a Teoria do Controle) como marcando a mesma indeterminação do sujeito de infinitivo; mas, agora em contexto onde Comp é vazio. Nota-se ainda que esse "se" tem a função bem específica de produzir interpretação indeterminada.

Veja-se a seguir ainda o caso geral dos demais verbos para os quais o controle não é obrigatório por parte do sujeito.

Por exemplo, nas sentenças de (48):

- (48) a- João prometeu a Maria [ ? ] entregar o carro  
na segunda-feira pela manhã.
- b- [João]i prometeu a Maria [ele]i (poder) entregar  
o carro (a ela) na segunda-feira pela manhã.
- c- João prometeu a [Maria]i [ela]i entregar o carro  
(na locadora) na segunda-feira pela manhã.
- d- João prometeu a Maria [se] entregar o carro  
(o carro ser entregue) na segunda-feira  
pela manhã.
- e- O Pedro, João prometeu a Maria [ele] (o Pedro),  
entregar o carro na segunda-feira pela manhã.

Em (48a), contexto de um verbo de Controle obrigatório (pela teoria), tem-se o ambiente em que no PE a categoria vazia sujeito de infinitivo (PRO) é co-referente com o sujeito da oração matriz "João" (48b), o que está de acordo com a previsão teórica. No PB, no entanto, a co-referencialidade possível é mais de uma; é o que vem expresso em (48b), (48c), (48d) e (48e), ou seja é admissível uma co-indexação múltipla, para com o sujeito e para com o objeto (caso "b e "c") da oração principal, e que o contexto lingüístico ou extra-lingüístico é que determina com que elemento a co-indexação deve ser feita. Ora, é uma tal "riqueza" de possibilidades referenciais ou um maior "grau de liberdade" de co-indexação, ou seja, uma referencialidade indiferente à

configuração estrutural para com o sujeito (48b), o objeto (48c) ou um elemento do contexto situacional o tópico (48e), é estranha à natureza de uma categoria PRO. Portanto não deve ser a mesma que se põe interna na posição vazia de sujeito de infinitivo no PB. Mais uma vez fica caracterizado que o elemento vazio na posição de sujeito de infinitivo no PB não deve ser a anáfora pronominal, mas sim outro elemento que permite uma co-referencialidade múltipla para com um elemento do contexto lingüístico ou extra-lingüístico.

Apenas mais uma observação: o fato de o Comp estar preenchido não invalida a possibilidade de co-indexação múltipla. Veja-se em (49b), (49c) e (49e), respectivamente, os mesmos casos e análises de (48b), (48c) e (48d), agora com um Comp preenchido:

- (49) a- Eu trouxe a serra para [ ? ] cortar a madeira.  
 b- [Eu]i trouxe a serra para [eu]i cortar a madeira.  
 c- Eu trouxe a serra para [você] cortar a madeira.  
 d- O João, eu trouxe a serra para [ele] cortar a madeira.  
 e- Eu trouxe a serra para [se] cortar a madeira.

Em (49e) como em (48d) o "se" "latente" assinala a interpretação genérica, indeterminada, a se dar ao sujeito de infinitivo da sentença.

Enfatizou-se acima que a posição da categoria vazia sujeito de infinitivo do PB não é uma posição de referência

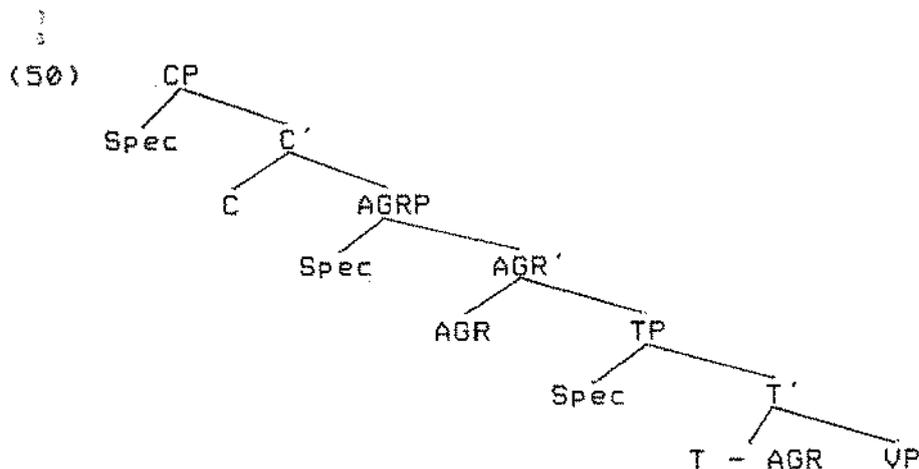
estritamente "arbitrária" ou com uma referencialidade trivial. Isso equivale a dizer que a Teoria do Controle, conforme estabelecida, não tem aplicação irrestrita no PB, ou de outra forma, que a categoria vazia sujeito de infinitivo no PB não deve ser PRO. Embora não se tenha tomado até aqui classes especiais de verbos, o que se constata na estrutura oracional do PB é que uma relação mais abrangente dá origem a fenômenos de referencialidade "estranhos" ao que acontece no PE. Acredita-se que as propriedades de subcategorização e seleção semântica dos verbos, isoladamente ou em classe, possam estar ligada a esses resultados, refletindo diferentes propriedades com relação ao fenômeno de co-referencialidade. Os resultados no entanto devem ser tomados aqui apenas no sentido de apontar um conjunto de relações na gramática do dialeto, relações que parecem estão sendo incrementadas a partir da reorganização da estrutura da oração do PB. Tal estaria se dando com base na "Força" deAGR, caracterizado como "Fraco" no PB e que está na base de outros fenômenos sintáticos do dialeto (GALVES, 1993). Essa característica diferencia o PB de seu par o PE.

Há a se acrescentar ainda que a admissão de que a categoria vazia sujeito de infinitivo no PB não é PRO evita o impasse criado ao se admitir na estrutura uma categoria com a propriedade contraditória de ser, a um só tempo, anáfora e pronome, e por isso ter de ser não regida. Efetivamente, o ambiente de sujeito de infinitivo do PB se mostra sob regência. Com relação ao papel-0, a independência entre o papel do

antecedente, determinado pela projeção de Infl na sentença matriz, e do sujeito de infinitivo, determinada pelo Infl da encaixada, são assegurados pelo próprio Princípio de Projeção, como já se disse. Essa relação é compatível com a co-indexação ou não, a qual é uma relação de pura referencialidade.

#### 4.4.4- O Sujeito de Infinitivo no PB:

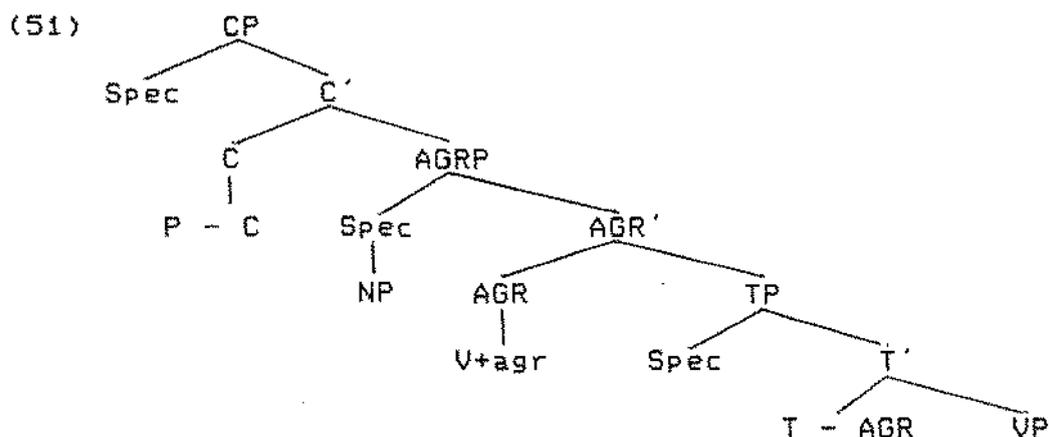
A proposta de estrutura da oração no PB apresentado por GALVES (11) e repetido abaixo em (50) tem o sujeito da oração de tempo finito representado em Spec de TP.



O Spec de AGR é a posição de tópico. Se Spec de AGR está preenchida, o complexo verbal e o sujeito (vazio ou fonológico) se localizam no domínio de TP. O sujeito em Spec TP e o complexo verbal em T.

Para as orações de infinitivo admite-se aqui a mesma representação oracional com a particularidade que o sujeito de

infinitivo passa a se localizar em Spec de AGR e o verbo de infinitivo, sem Tempo, mas com concordância, no núcleo AGR do mesmo (51).



A "história do movimento" do verbo mostra que ele sai de sua posição de base, "V" em VP, adquire o morfema de flexão em "T" de TP, e daí vai finalmente para o núcleo AGR que domina TP.

No caso das infinitivas no PE, a proposta de subida do verbo para o núcleo C de Comp, colocada por RAPOSO (1987), vem em função de se ter de explicar a necessidade de uma recepção de Caso por parte de AGR, para que esse, sob essa condição, possa licenciar o sujeito de infinitivo. De acordo com o que se viu, no entanto, em especial para as estruturas de infinitivo do PB, essas estruturas permitem infinitivo flexionado e sujeito realizado, e isso mesmo com o Comp preenchido, quer por um complementizador, quer por uma preposição explícita ou implícita. Ao que parece, o movimento do verbo para o núcleo AGR pode não ter, então, aqui como causa no PB a necessidade de marcação de

## Caso para AGR.

A respeito da não necessidade de marcação de Caso para AGR no PB, uma primeira observação é que em estruturas de tempo finito o Tempo verbal está localizado em T. Nesse caso o verbo se lhe segue imediatamente justaposto com o morfema flexional. Nas orações de infinitivo, na falta de Tempo em T, é que o verbo se desloca até o núcleo AGR de AGRP. O que difere, no entanto, a sentença finita da infinitiva (supondo esta flexionada) é presença de Tempo em TP na finita. Ora, o movimento então se dá na ausência de Tempo em TP. Pode-se admitir nesse caso que é a falta de Tempo que desencadeia o movimento. Considerando que existe um operador temporal em Comp, logo acima de AGRP, c-comandando AGR, o verbo com flexão se move para AGR porque a concordância precisa ser licenciada por Tempo. A posição de AGR tem justamente a adjacência e c-comando necessários para através de Tempo em Comp licenciar AGR. Fica, pois, caracterizado que o movimento do verbo para o núcleo de AGR se dá para que a concordância seja licenciada por um Tempo, no caso de infinitivas o operador temporal em C de Comp.

Em (51) AGR atribue o nominativo ao sujeito em SpecAGR. Nesse contexto em que é regido pelo Tempo de Comp, as características da categoria vazia sujeito de infinitivo são:

- (52) Características da Categoria Vazia Sujeito de Infinitivo no PB:
- a- é regida.
  - b- Recebe Caso.
  - c- Pode não ter antecedente (ser livre).
  - d- Tem papel-0 independente.

As propriedades (52) apontam para sujeito vazio de infinitivo no PB uma categoria apenas pronominal: o pronome não anafórico "pro" (TPP). Veja-se as características dessa categoria (53):

- (53) Características da Categoria "pro":
- a- é regida.
  - b- Recebe Caso.
  - c- Tem os traços [-anáfora, +pronome]
  - d- Possui papel-0 independente.

Realmente, nas construções (54) é uma tal categoria que existe:

- (54) a- Falei para [ ] ver o carro na oficina.  
 b- Falei para [ele] ver o carro na oficina.  
 c- Confiamos em [ ] estarem certos nas análises.  
 d- Confiamos em [eles] estarem certos nas análises.

Em (54a) e (54c) a categoria vazia sujeito é processada como elemento não anafórico, é regida e recebe Caso no domínio de

regência. Por tais características identifica-se aí o pronome não anafórico "pro". Esse resultado está de acordo com as características da categoria vazia sujeito de infinitivo no PB (52).

#### Sinopse:

O objetivo era mostrar uma diferença no emprego do infinitivo pessoal no PB e no PE contemporâneos. LADEIRA observa que o infinitivo flexionado do PB não se enquadra no caso cumum de flexão verbal e que, a partir do século XIII, uma variação esteve em curso. Para LADEIRA, no entanto, essa variação não é uma mudança.

A interpretação dos resultados dentro da Teoria de Princípios e Parâmetros mostra que a realização do sujeito de infinitivo flexionado do PB se dá em posição estrutural diferente da do PE.

Embora uma mudança tenha ocorrido a nível paramétrico (mudança no valor da "Força" de AGR) admite-se que a forma de licenciamento do sujeito, sua realização, natureza e propriedades, bem como as do verbo de infinitivo e matriz, sofrem ainda na época atual "reanálise", fato que pode explicar a impossibilidade de "controle", fenômeno constatado por LADEIRA.

VITRAL coloca que é a presença de sujeito que deflagra a Concordância. Efetivamente, conforme observado, a presença do sujeito parece implicar presença de Concordância. No entanto, a

relação que se apreende é inversa; é a presença de Concordância que deflagra a realização do sujeito. Isso se dá com AGR (Concordância) sendo "realizado" em uma posição mais alta na estrutura da oração, dominado por COMP, licenciado por um operador temporal em C. AGR atribui, por sua vez, nominativo ao NP sujeito ou posição Spec.

A auto-suficiência das orações de infinitivo no PB vem da propriedade de sua estrutura conter nela mesma o regente e o atribuidor de Caso ao seu sujeito. No caso o atribuidor de Caso é AGR, categoria [-Forte], que se realiza em posição mais alta na estrutura, dominada por Comp, e o regente é o "Tempo" em Comp, um operador temporal que licencia AGR acima de TP. O "Tempo" em Comp é, às vezes, realizado por uma Preposição. Essas relações explicam não só a "alta" produtividade das preposições no PB como, também, seu comportamento de categoria funcional quando em Comp.

As relações acima permitem explicar diferenças entre o PB e o PE. Por exemplo, com relação à não inversão do sujeito no PB, esse fenômeno se dá porque o NP sujeito se realiza em Spec de AGRP. Há de se considerar que a Concordância "Fraca" do PB se constitui de um morfema flexional gerado junto a T, em TP. Em sentenças com infinitivo o verbo vai se realizar em AGR acima de TP, donde o morfema de flexão, que traz consigo licencia o sujeito em Spec. No PE não há a projeção AGRP acima de TP. O movimento do verbo se faz para Comp a fim de ter AGR licenciado. Em Comp não há uma posição de realização do sujeito disponível;

então o sujeito dever ser realizado mais abaixo, linearmente posterior ao verbo.

Com relação ao infinitivo flexionado em orações Qu o que se observa no PE é que a impossibilidade de ocorrência dessa forma quando Comp está preenchido, mostra que a Concordância é licenciada em Comp por um elemento externo à oração de infinitivo, presente na oração matriz. No PB a possibilidade de ocorrência de infinitivo flexionado com Comp preenchido por elemento Qu mostra que a Concordância é licenciada dentro da própria oração de infinitivo e que esse licenciamento vem de Comp. O Comp do PB tem o "operador temporal" que é "ativo" para o licenciamento de AGR. Esse licenciamento é feito no domínio de CP, fora do escopo de TP, e garante a auto-suficiência das orações de infinitivo do PB.

### Conclusão:

O objetivo era mostrar uma diferença no emprego do infinitivo pessoal no português do Brasil (PB) e no português europeu (PE). Essa diferença, gramatical, foi procurada ao nível paramétrico. Tomou-se como objeto de análise o tipo de sujeito de infinitivo, as estruturas das orações de infinitivo e o mecanismo de co-referencialidade nas estruturas. Procurou-se mostrar como esses elementos são caracterizados a partir da atuação de um AGR "Fraco" no dialeto.

Foram analisados quatro "ítems" no sentido de se encontrar "reflexos" da caracterização [-Forte] de AGR no PB: 1- AGR "Fraco" e o parâmetro Pro-drop; 2- AGR "Fraco" e a estrutura da oração; 3- a auto-suficiência das orações de infinitivo no PB; 4- a interpretação do sujeito nulo no PB.

Os fenômenos foram analisados em duas instâncias: uma análise quantitativa (estatística, descritiva) e uma análise qualitativa (dentro da Teoria da Teoria de Princípios e Parâmetros). Os resultados permitem concluir:

Existe diferença no emprego do infinitivo pessoal no PB e no PE. A diferença é de origem paramétrica, resultado do processo de mudança do valor da "Força" de AGR no PB. A diferença decorre do tipo de estrutura de oração de infinitivo do PB e do PE. São alteradas as relações internas à oração, da categoria vazia sujeito de infinitivo e as propriedades de co-indexação do sujeito nas estruturas.

Foi observado:

1- Diferença no emprego do "sistema flexional"; o PB apresenta:

a- Redução do quadro de morfemas flexionais.

b- Redução da frequência de "materialização" do morfema de flexão.

c- Maior incidência de sujeito realizado.

d- Maior incidência de sujeito realizado junto com "materialização" do morfema de flexão.

d- Há indícios de:

1- perda do Parâmetro Pro-drop;

2- consolidação de uma "Estrutura de Tópico" na língua;

3- liberdade de referência "múltipla" da categoria vazia sujeito de infinitivo, inclusive não flexionado.

2- As orações de infinitivo do PB apresentam-se "auto-suficientes", no sentido de possuírem em si mesmas o regente e atribuidor de Caso ao seu sujeito. \*

a- A atribuição de Caso nominativo é feita por AGR.

b- O licenciador da atribuição de Caso por AGR é um

"Tempo", no caso de construção com infinitivo, presente em Comp.

c- O Tempo em Comp é às vezes realizado por uma preposição.

d- A preposição no PB, se introduzindo orações de infinitivo têm características de categoria funcional.

No PB, o licenciamento do sujeito é feito a partir do movimento de AGR. Essa categoria é licenciada por um Tempo em Comp; daí a "auto-suficiência" das orações no PB. No PE, o Tempo em Comp apresenta-se "inerte" para licenciar AGR. Por tal razão AGR se move para Comp onde pode ser licenciado por um elemento externo à oração de infinitivo. Essa é também a razão de no dialeto ocorrer mais facilmente a posposição do sujeito.

3- Constatou-se que a categoria vazia sujeito de infinitivo flexionado no português do Brasil:

a- possui propriedades de distribuição particulares: é sempre regida.

b- possui propriedades referenciais características: pode ser co-indexada com diversos referentes (NPs sujeito, objeto, um ou outro, ou um tópico no contexto lingüístico ou extra-lingüístico)

c- a categoria vazia sujeito de infinitivo flexionado no PB é sempre regida e especificada para Caso; portanto não é a anáfora pronominal "PRO".

### Referência Bibliográfica:

ALI, M. Said. (1964) **Gramática histórica da língua portuguesa**.  
3. ed. Melhoramentos, São Paulo,.

BARBOZA, J. Soares (s.d.). **Gramática philosophica da língua  
portuguesa**. [s. Ed], Lisboa.

CEDERGREN, H. & D. SANKOFF (1974) "Variable rules: performance as  
a statistical reflection of competence". **Language**, 50, 333-355.

CHOMSKY, N. (1977) "Filters and control", **Linguistic Inquiry**, 8:2  
425-504.

----- (1980) "On Binding", **Linguistic Inquiry**, 11:1, 1-46

----- (1981) **Lectures on government and binding**. Foris,  
Dordrecht.

----- (1982) **Some concepts and consequences of the theory  
of government and binding**. The MIT Press, Cambridge,  
Massachusetts.

----- (1986a) **Barriers**. The MIT Press, Cambridge.

----- (1986b) **Knowledge of language: its nature, origin and**

use. Praeger, New York.

CUNHA, C. & L. CINTRA (1985) **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

DUARTE, M. E. (1990) **A perda da ordem v(erbo) s(ujeito) em interogativas qu- no português do Brasil**. UNICAMP, Campinas. (23 pag. mimeo).

----- (1993) "Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil". In: I. ROBERTS & M. KATO (org) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Editora da UNICAMP, Campinas.

GALVES, C. C. (1987) "A sintaxe do português brasileiro", In: **Cadernos de Estudos Linguísticos e Teoria de Literatura**. Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 31-50.

----- (1991) **V-movement, levels of representations and the structure of S**. UNICAMP, Campinas. (31 pag. mimeo)

----- (1992) "Clitic placement in european portuguese: evidence for a non homogeneous theory of enclisis". **Atas do Workshop sobre o português**, Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 61-80.

----- (1993) "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro". In: I. ROBERTS & M. KATO (org) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Editora da UNICAMP, Campinas.

GATTÁS, R. R. (1978) **Elementos de probabilidade e inferência**. Atlas, São Paulo.

KAINE, R. S. (1980) "De certaines différences entre le français

et

l'anglais", *Langages*, 60: 47-64.

KATO, M. A. & F. TARALLO (1986) "Anything YOU can do in brasilian portuguese". In: O. Jaeggli & C. S. Corvalan (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Foris Publications, Dordrecht.

KAYNE, R. S. (1980) "De certaines différences entre le français et l'anglais". *Langages*, 60: 47-64.

LABOV, W. (1972) *Language in the inner city*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

LADEIRA, J. D. (1986) *A flexão do infinitivo em português*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Tese de Doutorado

MAURER JR., Theodoro H. (1968) *O infinitivo flexionado português: estudo histórico descritivo*. Editora Nacional e Editora da USP, São Paulo.

MOREIRA da SILVA, S. (1983) *études sur la symétrie et l'asymétrie SUJET/OBJET dans le portugais du Brésil*. Département de Linguistique Générale/Université de Paris VIII, Paris. Tese de Doutorado.

NASCIMENTO, M. F. et alii (1987) *Português fundamental. Métodos e documentos. Volume segundo*. Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa.

PERINI, M. A. (1977) *Gramática do infinitivo português*. Vozes, São Paulo.

PESETSKY, D. (1982) *Paths and categories*. Massachusetts

- Institute of Technology (MIT), Cambridge. Tese de Doutorado.
- POLLOCK, J. Y. (1989) "Verb movement, universal grammar, and the structure of IP". *Linguistic Inquiry*, 20:3, 365-424.
- PONTES, E. (1981) "Da importância do tópico em português", *Anais do V Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro.
- PRETI, D. & H. URBANO (1988) *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. T. A. Queiroz/FAPESP, São Paulo. 3.
- PŪLKINA, I. M. (1982) *Breve prontuário de la gramatica rusa*. Idioma Ruso, Moscu.
- RAPOSO, E. (1987) "Case theory and infl-to comp: The inflected infinitive in european portuguese". *Linguistic Inquiry*, 18:1, 85-110
- (1991) *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Caminho, Lisboa.
- RIZZI, L. (1982) *Issues in italian syntax*. Foris Publications, Dordrecht.
- ROBERTS, I. "O português brasileiro no contexto das línguas românicas". In: I. ROBERTS & M. KATO (org) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, Campinas.
- ROBERTS, I. & M. A. KATO. (1993) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da UNICAMP, Campinas.
- ROUVERET, A. (1980) "Sur la notion de proposition finie: gouvernement et inversion", *Langages*, 60: 75-108.
- SANKOFF, D. (1975) *Varbrul version 2*. Centre de Recherches Mathématiques/Université de Montréal. Quebec. (8 pag. mimeo)

- STOWELL, T. (1981) **Origins of phrase structure**. Tese de Doutorado.
- TARALDSEN, K. T. (1979) **On the NIC, vacuous applications and the that-trace filter**. Bloomington, Indiana University Linguistics Club,
- TARALLO, F. (1983) **Relativisation strategies in Brazilian Portuguese**. University of Pennsylvania. Tese de Doutorado.
- TOGEBY, K. (1955) "L'enigmatique infinitif personnel en portugais". *Studia Neophilologica*, 27: 211-218.
- VITRAL, L. T. (1987) **Sobre a complementação infinitiva em português**. UFMG, Belo Horizonte. Tese de Mestrado.
- WEINREICH, V.; W. LABOV & M. HERZOG (1968) "Empirical foundation for a theory of language change". In: W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.) **Directions for Historical Linguistics**. University of Texas Press, Austin. 97-195.

\*

\*

\*